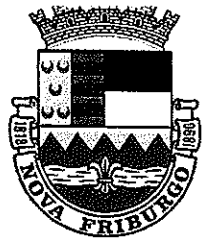


---

# **Relatório da Unidade de Controle Interno**

(Anexo I - Item 16 – Deliberação TCE Nº 277/17)

---



**PODER LEGISLATIVO**  
**MUNICÍPIO DE NOVA FRIBURGO-RJ**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE NOVA FRIBURGO**

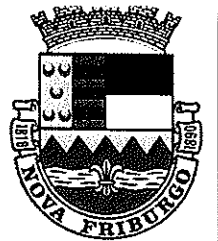
**SECRETARIA DE CONTROLE INTERNO**

---

---

**RELATÓRIO DA UNIDADE DE CONTROLE INTERNO**  
**DA CÂMARA MUNICIPAL DE NOVA FRIBURGO**  
**Anexo I - Item 16 da Deliberação TCE-RJ nº 277/2017**

---



**PODER LEGISLATIVO**  
**MUNICÍPIO DE NOVA FRIBURGO-RJ**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE NOVA FRIBURGO**

**SECRETARIA DE CONTROLE INTERNO**

## SUMÁRIO

<u>1 – DA COMPETÊNCIA</u>	3
<u>2 - CONSIDERAÇÕES INICIAIS</u>	3
<u>3 – DAS ÁREAS ENVOLVIDAS</u>	5
<u>4 - FONTES E CRITÉRIOS UTILIZADOS</u>	5
<u>5 – DAS ANÁLISES REALIZADAS</u>	7
<u>5.1 – ALMOXARIFADO</u>	7
<u>5.2 – PATRIMÔNIO</u>	7
<u>5.3 – RECURSOS HUMANOS</u>	8
<u>5.4 – LICITAÇÕES, DISPENSAS E INEXIGIBILIDADES</u>	10
<u>5.5 – GESTÃO ORÇAMENTÁRIA</u>	11
<u>5.6 – CONTABILIDADE</u>	11
<u>5.7 – DIÁRIAS</u>	11
<u>5.8 – PAGAMENTOS</u>	12
<u>6 - PEÇAS E DOCUMENTOS QUE COMPÕEM A PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL DE GESTÃO</u>	12
<u>7 – SOBRE AS AÇÕES DO ÓRGÃO DE CONTROLE INTERNO COMPETENTE</u>	14
<u>8 –RESPONSÁVEIS</u>	15
<u>9 – ANÁLISE DA GESTÃO DA UNIDADE GESTORA</u>	16
<u>9.1 – DEMONSTRATIVOS CONTÁBEIS</u>	17
<u>9.1.1 – BALANÇO ORÇAMENTÁRIO</u>	18
<u>9.1.2 – BALANÇO FINANCEIRO</u>	20
<u>9.1.3 – BALANÇO PATRIMONIAL</u>	22
<u>9.1.4 – DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS</u>	24
<u>9.1.5 – DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA</u>	25
<u>9.1.6 – DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA FLUTUANTE E FUNDADA</u>	25
<u>9.1.7 – NOTAS EXPLICATIVAS</u>	26
<u>9.2 – GESTÃO FISCAL, FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA</u>	26
<u>9.3 – GESTÃO PATRIMONIAL</u>	28
<u>9.4 – DEMAIS ATOS DA GESTÃO</u>	28
<u>9.4.1 – DA OBSERVÂNCIA DOS LIMITES</u>	29
<u>9.4.2 – DO LIMITE TOTAL COM PESSOAL</u>	31
<u>10 – AÇÕES REALIZADAS</u>	32
<u>10.1 – DAS RESPONSABILIDADES NÃO REGULARIZADAS</u>	32
<u>10.2 – DAS TOMADAS DE CONTAS</u>	32
<u>11 – IMPLEMENTAÇÃO DAS RECOMENDAÇÕES E DETERMINAÇÕES ANTERIORES</u>	33
<u>12 – APONTAMENTOS DO CONTROLE INTERNO</u>	33
<u>13 – CONCLUSÃO</u>	35
<u>14 – CERTIFICADO DE AUDITORIA</u>	36
<u>15 – LISTA DE TABELAS</u>	37



**PODER LEGISLATIVO**  
**MUNICÍPIO DE NOVA FRIBURGO-RJ**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE NOVA FRIBURGO**

**SECRETARIA DE CONTROLE INTERNO**

## **1 – DA COMPETÊNCIA**

Inciso IV<sup>1</sup> do art. 74 da Constituição Federal.

Inciso II<sup>2</sup> do art. 4º da Resolução Legislativa nº 2.378 de 17 de julho de 2019.

## **2 – CONSIDERAÇÕES INICIAIS**

O Controle Interno na Administração Pública possui um papel de relevância constitucionalmente estabelecido.

Sua importância aparece em destaque nos artigos 31 e 74 da Constituição Federal. Cita-se:

*“Art. 31. A fiscalização do Município será exercida pelo Poder Legislativo Municipal, mediante controle externo, e pelos **sistemas de controle interno do Poder Executivo Municipal**, na forma da lei.*

*Art. 74. Os Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário manterão, de forma integrada, **sistema de controle interno** com a finalidade de:*

*I – avaliar o cumprimento das metas previstas no plano plurianual, a execução dos programas de governo e dos orçamentos da União;*

*II – comprovar a legalidade e avaliar os resultados, quanto à eficácia e eficiência, da gestão orçamentária, financeira e patrimonial nos órgãos e entidades da administração federal, bem como da aplicação de recursos públicos por entidades de direito privado;*

*III – exercer o controle das operações de crédito, avais e garantias, bem como dos direitos e haveres da União;*

*IV – **apoiar o controle externo no exercício de sua missão institucional**”*

Seu destaque também é evidenciado na Lei Complementar Federal nº 101, de 04 de maio de 2000, em seu art. 59 que assim dispõe:

*Art. 59. O Poder Legislativo, diretamente ou com o auxílio dos Tribunais de Contas, e o **sistema de controle interno de cada Poder** e do Ministério Público, fiscalizarão o cumprimento das normas desta Lei Complementar, com ênfase no que se refere a:*

*I – atingimento das metas estabelecidas na lei de diretrizes orçamentárias;*

*II – limites e condições para realização de operações de crédito e inscrição em Restos a Pagar;*

*III – medidas adotadas para o retorno da despesa total com pessoal ao respectivo limite, nos termos dos arts. 22 e 23;*

<sup>1</sup> Art. 74. Os Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário manterão, de forma integrada, sistema de controle interno com a finalidade de:

(...)

IV - apoiar o controle externo no exercício de sua missão institucional.

<sup>2</sup> Art. 4º Compete à SeCon, prioritariamente:

(...)

II - Cumprir e fazer cumprir as determinações contidas nas deliberações do Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro;



**PODER LEGISLATIVO**  
**MUNICÍPIO DE NOVA FRIBURGO-RJ**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE NOVA FRIBURGO**

**SECRETARIA DE CONTROLE INTERNO**

*IV – providências tomadas, conforme o disposto no art. 31, para recondução dos montantes das dívidas consolidada e mobiliária aos respectivos limites;*

*V – destinação de recursos obtidos com a alienação de ativos, tendo em vista as restrições constitucionais e as desta Lei Complementar;*

*VI – cumprimento do limite de gastos totais dos legislativos municipais, quando houver.*

Ao nível estadual, a Lei Orgânica do Tribunal de Contas, Lei Complementar nº 63, 1º de agosto de 1990 atualizada com a Lei Complementar nº 156/13 e conforme Acórdão do STF (ADI nº 4.191-RJ, DJE de 10.08.20) dispõe sobre o controle interno em seus artigos 53 a 57, destaque evidenciado no inciso II do art. 54 do referido diploma legal:

*Art. 54. No apoio ao controle externo, os órgãos integrantes do sistema de controle interno deverão exercer, dentre outras, as seguintes atividades:*

*(...)*

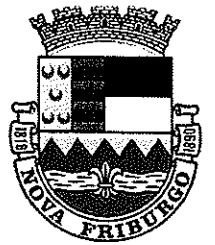
*II – realizar auditorias nas contas dos responsáveis sob seu controle, emitindo relatório, certificado de auditoria e parecer previstos no art. 11, inciso III, desta lei;*

No âmbito municipal, em cumprimento ao que determina o disposto no art. 74 da Constituição Federal de 1988 e art. 59 da Lei de Responsabilidade Fiscal, a instituição, organização, atribuições, atividades e demais disposições relativas ao Sistema de Controle Interno estão estabelecidas em Lei Orgânica do Município, nos artigos 211 a 214, no que tange especificamente ao Legislativo, § 5º do art. 211 abaixo:

*§ 5º O Poder Legislativo simetricamente deverá manter Controle Interno nos termos deste Capítulo, observadas as disposições aplicáveis a sua estrutura.*

No âmbito da estrutura administrativa do Poder Legislativo dispomos de previsão na Resolução Legislativa nº 2.378, de 17 de julho de 2019 que institui e regulamenta o funcionamento e atribuições da Secretaria de Controle Interno.

Através da Deliberação nº 277/2017, o Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro, estabeleceu critérios para apresentação da Prestação de Contas Anual de Gestão, que visam precipuamente, relacionar informações gerais, identificação da estrutura e responsáveis, descrição da gestão fiscal, financeira, orçamentária, patrimonial, de pessoal, identificação de procedimentos de controle realizados, evidenciação e esclarecimentos sobre composição de grupos e contas das Demonstrações Contábeis e seus potenciais riscos de distorção relevante, política e cumprimento de metas de gastos com pessoal e demais informações necessárias à formação de juízo de valor para poder exarar parecer sobre a regularidade ou não das contas dos gestores no exercício.



**PODER LEGISLATIVO**  
**MUNICÍPIO DE NOVA FRIBURGO-RJ**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE NOVA FRIBURGO**

**SECRETARIA DE CONTROLE INTERNO**

Em cumprimento as determinações legais contidas Constituição Federal, Lei Complementar nº 101/2000, Lei Orgânica do Município, Regimento Interno, §2º do art. 4º e Anexo I, Item 16, Modelo 3ª ambos da Deliberação nº 277/17, Portarias TCE-RJ/ SGE nº 04 e 07 ambas de 2021 e legislação correlata no que se aplicar, apresentamos o Relatório Anual da Unidade de Controle Interno e Certificado de Auditoria elaborados pela Secretaria de Controle Interno relativos à Prestação de Contas de Gestão do Poder Legislativo exercício de 2021 de responsabilidade do Exmo. Sr. Wellington da Silva Moreira, Presidente da Câmara Municipal de Nova Friburgo.

Este relatório busca analisar a movimentação orçamentária, financeira e patrimonial, processos licitatórios, pagamentos realizados e a gestão de pessoal ocorridos no exercício de 2021 e sua adequação às normas existentes.

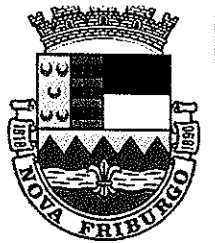
Os trabalhos foram realizados por amostragem, partindo da seleção das áreas que apresentam maior risco de erros e fraudes. Foram objeto de análise relatórios e inventários do Patrimônio e Almoxarifado, Recursos Humanos, Movimentações Financeiras, Relatório de Gestão Fiscal e demais informações contábeis, além do monitoramento do cumprimento dos prazos e metas estabelecidas pela legislação vigente, foram desenvolvidos na sede da Câmara Municipal de Nova Friburgo, abaixo, apresentamos as áreas envolvidas e os exames realizados julgados necessários à elaboração do presente relatório de auditoria e o respectivo certificado que o acompanha.

### **| 03.ÁREAS ENVOLVIDAS**

- Almoxarifado
- Patrimônio
- Recursos Humanos
- Licitações, dispensas e inexigibilidades
- Gestão Orçamentária
- Contabilidade
- Diárias
- Pagamentos

### **| 04.FONTES E CRITÉROS UTILIZADOS**

A análise, seguida de certificado conclusivo, foi subsidiada e caracterizada pelas seguintes fontes e critérios:



**PODER LEGISLATIVO**  
**MUNICÍPIO DE NOVA FRIBURGO-RJ**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE NOVA FRIBURGO**

**SECRETARIA DE CONTROLE INTERNO**

FONTES E CRITÉRIOS INTERNOS	<ul style="list-style-type: none"><li>• <i>Acompanhamento e pareceres do Controle Interno da execução orçamentária, financeira e patrimonial ao longo do Exercício de 2021;</i></li><li>• <i>Demonstrativos contábeis emitidos pelo Departamento de Contabilidade;</i></li><li>• <i>Relatórios financeiros e extratos bancários;</i></li><li>• <i>Exame de processos administrativo e licitatórios, contratos, empenhos, liquidação, pagamento e documentação pertinente;</i></li><li>• <i>Dados do SIGFIS referente ao Exercício de 2021;</i></li><li>• <i>Dados eTCE-RJ exercício 2021;</i></li><li>• <i>Relatório de Gestão Fiscal Quadrimestral;</i></li><li>• <i>Acompanhamento da execução de determinações exaradas em análise de contas e de auditorias anteriores emitidos pelo TCE-RJ, concernente ao Legislativo Friburguense.</i></li></ul>
FONTES DE CONFORMIDADE	<ul style="list-style-type: none"><li>• <i>Constituição da República Federativa do Brasil de 1988;</i></li><li>• <i>Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964;</i></li><li>• <i>Lei Complementar nº 101, de 05 de maio de 2000 (LRF);</i></li><li>• <i>Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (NBCASP);</i></li><li>• <i>Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), 8ª Edição;</i></li><li>• <i>PCASP;</i></li><li>• <i>DCASP, IPCs e Notas Técnicas;</i></li><li>• <i>NBCs TSP ;</i></li><li>• <i>INs CFC;</i></li><li>• <i>Deliberações do TCE-RJ;</i></li><li>• <i>Resolução Legislativa nº 2.218, de 08 de fevereiro de 2017 – Regimento Interno da Câmara Municipal de Nova Friburgo;</i></li><li>• <i>Lei Municipal nº 4.637, de 12 de julho de 2018 – Lei Orgânica do Município de Nova Friburgo;</i></li><li>• <i>PPA, LDO e LOA, relativos ao exercício examinado;</i></li><li>• <i>Lei Complementar 95, de 1 de abril de 2015 – Estrutura Administrativa e Plano de Cargos e Salários dos Servidores e alterações;</i></li><li>• <i>Lei Municipal nº 1470/79 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais;</i></li><li>• <i>Leis Municipais 3.400/04 e 4.300/14 – Regime Próprio de Previdência do Município de Nova Friburgo;</i></li></ul>

Na checagem da fidedignidade e tempestividade das informações utilizou-se de critérios e fontes, além dos supramencionados, de indagação, análise documental, conferência de cálculos, inspeção física, métodos de inferências, observação, comparativos e confrontos das demonstrações contábeis e suas notas explicativas, inventários, extratos bancários, RGF e de averiguação do cumprimento das determinações anteriores proferidas pelo TCE-RJ.



**PODER LEGISLATIVO**  
**MUNICÍPIO DE NOVA FRIBURGO-RJ**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE NOVA FRIBURGO**

**SECRETARIA DE CONTROLE INTERNO**

## **05. DAS ANÁLISES REALIZADAS**

As análises realizadas consideraram as áreas que apresentaram índice elevado de risco conforme levantamento prévio.

### **5.1 ALMOXARIFADO**

A entrada dos materiais é registrada pelo documento fiscal e a saída mediante requisição devidamente assinada, conferida e autorizada. As requisições encontram-se arquivadas em pastas físicas e são processadas através de sistema informatizado pelo preço médio ponderado em observância ao inciso III do art. 106 da Lei nº 4.320/64.

Ao término do exercício de referência foi realizado conferência anual de estoque dos bens de consumo que identificou existências físicas não registradas que foram incorporadas a contento conforme materializado na Prestação de Contas do setor de Almojarifado entregue e conferido pelo Controle Interno e arquivado na forma prevista da Deliberação nº 277/2017.

Inspeção realizada no setor identificou que o ambiente se mantém limpo e organizado embora o espaço físico não seja suficiente.

### **5.2 PATRIMÔNIO**

O inventário dos bens patrimoniais no exercício de 2021 foi concluído tempestivamente cuja análise foi objeto de relatório de auditoria consubstanciado em recomendações para os responsáveis por implementarem as medidas.

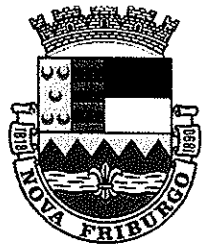
Paralelamente foi realizado inspeção de auditoria que verificou por amostragem que os bens analisados estavam com plaquetas de tombamento mantendo correspondência com registros no sistema gestão patrimonial da Câmara Municipal de Nova Friburgo, também foi evidenciado que o Termo de Guarda dos setores ao término do inventário anual foi atualizado.

Foi identificado por observação dos registros no sistema de gestão patrimonial que o processamento é realizado pelo valor original das transações de entrada mediante nota fiscal e correspondente estabelecimento do tempo de vida útil e valor residual a ser considerado. A depreciação é processada de maneira automatizada pelo método linear ou das quotas constantes.

Os bens considerados inservíveis ao Legislativo Friburguense foram transferidos na forma da Resolução Legislativa nº 1.783 de 12 de outubro de 2019 (que institui o Sistema de Gestão Patrimonial no âmbito do Poder Legislativo de Nova Friburgo), a baixa foi processada através de Processos Administrativos nº 20, 500 e 777 todos de 2021 sendo instruídos com Listagem de Baixa por Conta Contábil – Modelo 1 e Termos de Entrega e Transferência de Bem.

Da Prestação de Contas dos responsáveis pelos bens patrimoniais da Câmara Municipal de Nova Friburgo foi verificado discrepância em relação aos valores evidenciados a título de reavaliação e também os valores consignados a título de bens intangíveis em comparação aos registros contábeis levantados em Balanço Patrimonial do exercício findo do que culminou em ressalvas no Relatório de





**PODER LEGISLATIVO**  
**MUNICÍPIO DE NOVA FRIBURGO-RJ**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE NOVA FRIBURGO**

**SECRETARIA DE CONTROLE INTERNO**

Controle Interno e comunicação ao setor para que providencie a incorporação do bem intangível que na ocasião do encerramento do exercício não havia sido registrado tempestivamente no sistema de gestão do patrimônio embora registrado na contabilidade, bem como de verificação da diferença aplicada nas contas de reavaliação face ao registro do sistema de gestão patrimonial.

Inspeção realizada no setor identificou que o ambiente não se mostra suficiente para desempenho das atividades.

### **5.3 RECURSOS HUMANOS**

O Quadro de Pessoal da Câmara Municipal está assim composto:

- Servidores do quadro efetivo
- Servidores comissionados
- Agentes políticos

Conforme disciplina a Lei de Responsabilidade Fiscal, em seu art. 20, III, “a” o Poder Legislativo não ultrapassou o limite de 6% com despesas total com pessoal.

<b>LIMITE DE DESPESA COM PESSOAL</b>	<b>1º QUAD</b>	<b>2º QUAD</b>	<b>3º QUAD</b>
DESPESA TOTAL COM PESSOAL	R\$ 11.392.054,16	R\$ 11.122.464,12	R\$ 10.648.025,10
RCL	R\$ 580.660.805,58	R\$ 623.297.801,29	R\$ 651.945.415,80
%RCL	1,962%	1,784%	1,633%

Tabela 1 - cálculo do limite de despesa total com pessoal

Todos esses dados encontram-se disponíveis no site do portal da transparência<sup>3</sup> em cumprimento ao que disciplina a Lei de Acesso à informação e legislação correlata.

Monitoramento contínuo é realizado para acompanhar a evolução de despesa com pessoal e alertar o gestor no intuito de preveni-lo quanto ao limite legal.

O município de Nova Friburgo possui Regime Próprio de Previdência Social regulado pela Lei Municipal nº 3.400/2004 alterada pela Lei nº 4.787/2021 ao qual estão vinculados os servidores do quadro efetivo sendo os demais regulados pelo Regime Geral de Previdência Social.

As folhas de pagamento processadas no exercício findo foram analisadas por amostragem do que não foram detectadas irregularidades, sendo enviadas tempestivamente em cumprimento ao que dispõem a Deliberação nº 293 do Egrégio Tribunal de Contas conforme abaixo:

<sup>3</sup> Fonte: <https://transparencia.novafriburgo.rj.leg.br/>



**PODER LEGISLATIVO**  
**MUNICÍPIO DE NOVA FRIBURGO-RJ**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE NOVA FRIBURGO**

**SECRETARIA DE CONTROLE INTERNO**

RESPONSÁVEL		COMPE- TÊNCIA	PRAZO SETOR	ENTRE- GUE	TÉRMINO
FOLHA DE PAGAMENTO DE PESSOAL – BASE LEGAL: DELIBERAÇÃO nº 293/TCE					
eTCE - ATÉ O ÚLTIMO DIA ÚTIL DO MÊS SUB- SEQUENTE AO MÊS DE COMPETÊNCIA DA FOLHA DE PAGAMENTO SIGFIS – DISPENSADO PEL DELIBERAÇÃO Nº 286* - BASE LEGAL.: DELIBERAÇÃO nº 293/TCE	DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS	31/1/2021	15/02/2021	08/02/2021	26/2/2021
		28/2/2021	15/03/2021	16/03/2021	31/3/2021
		31/3/2021	15/04/2021	07/04/2021	30/4/2021
		30/4/2021	15/05/2021	05/05/2021	31/5/2021
		31/5/2021	15/06/2021	10/06/2021	30/6/2021
		30/6/2021	15/07/2021	09/07/2021	30/7/2021
		31/7/2021	15/08/2021	12/08/2021	31/8/2021
		31/8/2021	15/09/2021	17/09/2021	30/9/2021
		30/9/2021	15/10/2021	06/10/2021	29/10/2021
		31/10/2021	15/11/2021	03/11/2021	30/11/2021
		30/11/2021	15/12/2021	08/12/2021	30/12/2021
		31/12/2021	15/01/2022	17/01/2022	31/1/2022

Tabela 2 – envio da Folha de Pagamento eTCE

Não houve no exercício em análise concursos públicos que suscitassem envio de edital.

Quanto as demais obrigações assessorias atinentes ao Departamento de Recursos Humanos destacamos:

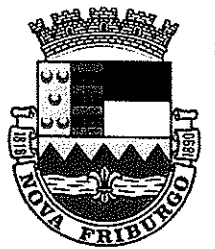
- SEFIP (Sistema Empresa de Recolhimento do FGTS e Informações à Previdência Social)
- RAIS (Declaração de Informações Sociais)
- DCTF (Declaração de Débitos e Créditos Tributários Federais)
- DIRF (Declaração do Imposto sobre a Renda Retido na Fonte)

**SEFIP:**

No que tange especificamente as informações destinadas ao FGTS na forma da Lei Federal nº 8.036/90 que institui o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, há que se ressaltar que o vínculo que rege as relações de trabalho dos servidores (efetivo e comissionados) da Câmara Municipal é Estatutário não contempla o recolhimento de FGTS assim como dos agentes políticos.

Em relação as informações previdenciárias, são processadas as relativas aos servidores comissionados e agentes políticos, ambos regidos pelo RGPS.

As SEFIPs do exercício de 2021 foram processadas e enviadas regularmente na forma do código 115, conforme abaixo:



**PODER LEGISLATIVO**  
**MUNICÍPIO DE NOVA FRIBURGO-RJ**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE NOVA FRIBURGO**

**SECRETARIA DE CONTROLE INTERNO**

RESPONSÁVEL		COMPETÊNCIA	PRAZO SETOR	ENTREGUE	TÉRMINO
ENVIO SEFIP					
ARQUIVOS SEFIP	DIRETORIA DE RECURSOS HUMANOS	31/1/2021	5/2/2021	5/2/2021	7/2/2021
		28/2/2021	5/3/2021	10/3/2021	7/3/2021
		31/3/2021	5/4/2021	5/4/2021	7/4/2021
		30/4/2021	5/5/2021	4/5/2021	7/5/2021
		31/5/2021	5/6/2021	2/6/2021	7/6/2021
		30/6/2021	5/7/2021	5/7/2021	7/7/2021
		31/7/2021	5/8/2021	3/8/2021	7/8/2021
		31/8/2021	5/9/2021	2/9/2021	7/9/2021
		30/9/2021	5/10/2021	4/10/2021	7/10/2021
		31/10/2021	5/11/2021	3/11/2021	7/11/2021
		30/11/2021	5/12/2021	1/12/2021	7/12/2021
		31/12/2021	5/1/2022	15/12/2021	7/1/2022
DECIMO TERCEIRO		31/12/2021	15/12/2021	15/12/2021	7/1/2022

Tabela 3 – envio de arquivo SEFIP

**RAIS:**

Quanto ao envio da RAIS relativa ao exercício em referência (2021) foi processado e enviado regularmente na forma da legislação em 07/04/2022 conforme controle de recepção de arquivo sob nº 590570315394.

**DCTF:**

Considerando que não houve movimento em relação a DCTF, o cumprimento da obrigação acessória foi realizado a partir do envio da declaração competência de janeiro com movimentação zerada na forma do inciso IV do art. 5º c/c art. 9º da IN RFB nº 2005 de 29/01/2021 sob recibo nº 27.69.26.60.18-84.

**DIRF:**

A declaração foi processada e enviada regularmente em 21/02/2022 sob nº 04.84.77.26.63-44.

**5.4 – LICITAÇÕES, DISPENSAS E INEXIGIBILIDADES:**

Através da amostragem efetuada constatamos que nos procedimentos licitatórios e nos atos de dispensa e inexigibilidades de licitação, foram cumpridos os preceitos da Lei n.º 8.666/93 e da Lei nº 10.520/02 conforme o caso.

Ademais, todos os processos licitatórios, dispensas e inexigibilidades submetem-se ao crivo do exame pelo Controle Interno e Procuradoria desta Casa de Leis, sem os quais não pode prosseguir somente após pareceres de conformidade e jurídico.



**PODER LEGISLATIVO**  
**MUNICÍPIO DE NOVA FRIBURGO-RJ**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE NOVA FRIBURGO**

**SECRETARIA DE CONTROLE INTERNO**

### 5.5 - GESTÃO ORÇAMENTÁRIA

A Lei Municipal nº 4.782, de 23 de dezembro de 2020, que fixou o orçamento do Município de Nova Friburgo para o exercício de 2021, consignou inicialmente o montante de repasse para a Câmara Municipal de Nova Friburgo em R\$ 15.542.928,28 sendo ajustado na forma do ANEXO X em conformidade com art. 29-A da Constituição Federal para R\$ 17.168.481,98.

Do montante da dotação ajustada houve devolução ao Executivo de despesas não efetuadas de R\$ 4.000.000,00 e outras devoluções financeiras de R\$ 303.079,84 que juntas somam o total devolvido de R\$ 4.303.079,84, efetivamente despesas empenhadas alcançaram o total de R\$ 13.059.094,93 que resultou em superávit orçamentário de R\$ 109.387,05.

### 5.6. CONTABILIDADE

A contabilidade de forma geral encontra-se atualizada e as operações contábeis são feitas tempestivamente e com base em documentos hábeis, conferidos e assinados pelo Diretor de Contabilidade, contador da Câmara Municipal devidamente registrado no Conselho de Contabilidade.

### 5.7. DIÁRIAS

No âmbito do Legislativo Friburguense a concessão das diárias está regulada pela Resolução Legislativa nº 2.206/2016 alterada pela Resolução nº 2.377/2019 que fixa os parâmetros para pagamento de alimentação e pousada para os servidores da Câmara Municipal de Nova Friburgo, no exercício de 2021 o total pago nesta rubrica totalizou apenas R\$700,00 motivado principalmente pelo estado pandêmico há época.

CARGO		SAÍDA	CHEGADA	QT		VALOR
Oficial de Manutenção		15/06/2021 00:00	10/06/2021 00:00:0	1	Viagem à ALERJ coma ver-eadora Maiara.	100,00
Destino: ALERJ - Rio de Janeiro						
Oficial de Manutenção		25/06/2021 00:00	25/06/2021 00:00:0	1	Viagem à ALERJ coma ver-eadora Maiara.	100,00
Destino: ALERJ - Rio de Janeiro						
Oficial de Manutenção		01/09/2021 00:00	01/09/2021 00:00:0	1	Depoimento a CPI do Transporte	100,00
Destino: Itaipava/RJ						
Oficial de Manutenção		20/09/2021 00:00	20/09/2021 00:00:0	1	Depoimento a CPI do Transporte	100,00
Destino: Itaipava/RJ						
Oficial de Manutenção		27/09/2021 00:00	27/09/2021 00:00:0	1	Depoimento a CPI do Transporte	100,00
Destino: Itaipava/RJ						
Oficial de Manutenção		29/09/2021 00:00	29/09/2021 00:00:0	1	CPI do Transporte.	100,00
Destino: Prefeitura do Rio de Janeiro						
Oficial de Manutenção		27/05/2021 00:00	27/05/2021 00:00:0	1	Viagem à Sec. de Educação	100,00
Destino: Secretaria de Educação - Rio de Janeiro						

Tabela 4 – total de diária em 2021



**PODER LEGISLATIVO**  
**MUNICÍPIO DE NOVA FRIBURGO-RJ**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE NOVA FRIBURGO**

**SECRETARIA DE CONTROLE INTERNO**

Para operacionalização e execução da despesa houve previsão orçamentária no total de dotação para o exercício correspondente conforme os programas de trabalho abaixo:

<b>01.031.053</b>	<b>2.002</b>	<b>- MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS E APOIO A EXECUÇÃO DO PROGRAMAS</b>			
200214001	33901400	DIARIAS - CIVIL	001	RECURSOS DE IMPOSTOS E TRA	10.000,00
<b>01.031.021</b>	<b>2.160</b>	<b>- MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES LEGISLATIVAS</b>			
216014001	33901400	DIARIAS - CIVIL	001	RECURSOS DE IMPOSTOS E TRA	10.000,00
<b>01.031.053</b>	<b>2.288</b>	<b>- CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES</b>			
228814001	33901400	DIARIAS - CIVIL	001	RECURSOS DE IMPOSTOS E TRA	10.000,00

O que em termos percentuais representa que efetivamente foi utilizado da dotação autorizada menos de 3% do orçamento previsto.

Todos esses dados encontram-se disponíveis no site do portal da transparência em cumprimento ao que disciplina a Lei de Acesso à informação e legislação correlata.

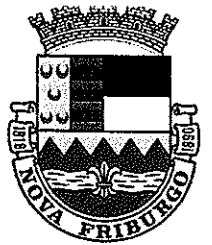
## 5.8 PAGAMENTOS

Todos os pagamentos foram regularmente processados em conformidade ao que disciplina artigo nº 63 da Lei 4.320/64 respeitando todas as formalidades legais que envolvem os estágios das despesas ademais, os pagamentos exigem prévio parecer de conformidade do Controle Interno para sua efetivação.

## 6 - PEÇAS E DOCUMENTOS QUE COMPÕEM A PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL DE GESTÃO – ANEXO I DA DELIBERAÇÃO TCE-RJ Nº 277/17

Dos documentos encaminhados ao Controle Interno que, após apreciação, deverão ser digitalizados e enviados, nas extensões de arquivos *PDF* e *XLS*, por meio do e-TCE/RJ constam:

RELAÇÃO DE DOCUMENTOS – PCA CÂMARA MUNICIPAL		
Item	Título / Documento / Modelo / Informações Exigidas	Formato
1	Ofício de encaminhamento assinado pelo titular da unidade jurisdicionada ou responsável competente.	N/A
2	<b>Cadastros dos responsáveis</b> , conforme Modelo 1 desta Deliberação: do responsável pelas contas; do responsável pelo encaminhamento das contas; do responsável pelo setor contábil; do responsável pelo órgão de controle interno competente; de outros responsáveis, conforme o caso previsto no §4º, artigo 10 desta Deliberação, se for o caso	SIM
3	<b>Balancete Analítico</b> evidenciando o saldo inicial, os créditos e débitos e o saldo final em 31/12.	SIM

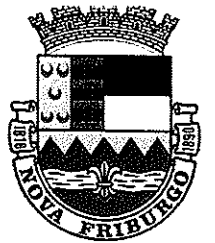


**PODER LEGISLATIVO**  
**MUNICÍPIO DE NOVA FRIBURGO-RJ**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE NOVA FRIBURGO**

**SECRETARIA DE CONTROLE INTERNO**

**RELAÇÃO DE DOCUMENTOS – PCA CÂMARA MUNICIPAL**

4	<b>Demonstrativo da Despesa por Elemento</b> ,de acordo como Anexo 2 da LFnº4.320/64.	SIM
5	<b>Comparativo da Receita Orçada com Arrecadada</b> ,de acordo como Anexo 10 da LF nº4.320/64.	SIM
6	<b>Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada</b> ,de acordo como Anexo11 da LFnº4.320/64.	SIM
7	<b>Demonstração das Variações Patrimoniais</b> ,de acordo como MCASP vigente no exercício em análise	SIM
8	<b>Balanco Orçamentário</b> ,de acordo como MCASP vigente no exercício em análise,acompanhado dos quadros: execução de Restos a Pagar Não Processados; execução de Restos a Pagar Processados.	SIM
9	<b>Balanco Financeiro</b> ,de acordo com o MCASP vigente no exercício em análise.	SIM
10	<b>Balanco Patrimonial</b> ,de acordo como MCASP vigente no exercício em análise,acompanhado dos quadros - dos ativos e passivos financeiros e permanentes; - das contas de compensação; - do superavit/ deficit financeiro.	SIM
11	<b>Demonstração dos Fluxos de Caixa</b> ,de acordo como MCASP vigente no exercício em análise.	SIM
12	<b>Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis</b> ,na forma estabelecida pelo MCASP vigente no exercício em análise.	SIM
13	<b>Demonstrativo da Dívida Fundada</b> ,de acordo como Anexo 16 da LF nº4.320/64.	SIM
14	<b>Demonstrativo da Dívida Flutuante</b> ,de acordo como Anexo 17 da LF nº4.320/64.	SIM
15	<b>Quadro Auxiliar das Disponibilidades Financeiras e Quadros 1e2</b> ,conforme Modelo 2 desta Deliberação.	SIM
16	<b>Relatório elaborado pelo órgão de controle interno</b> competente, com conteúdo mínimo previsto no Modelo 3A desta Deliberação,além de outros considerados na abordagem baseada em risco para definição do escopo da auditoria e da natureza e extensão dos procedimentos aplicados, acompanhado de Certificado de Auditoria,com parecer conclusivo sobre a regularidade ou irregularidade das contas dos responsáveis. Entende-se como órgão competente o controle interno existente na estrutura administrativa da unidade jurisdicionada, sob coordenação e subordinação da unidade central,e, no caso de inexistênciado mesmo, a unidade central de controle interno do órgão a qual a unidade jurisdicionada esteja vinculada.	SIM
17	Declaração do Gestor informando as medidas tomadas para saneamento das irregularidades,caso encontradasem relatório de auditoria realizada pelo controle interno competente.	N/A
18	<b>Declaração do Responsável pelo Setor Contábil</b> ,conforme Modelo 4 desta Deliberação.	SIM
19	<b>Demonstrativo das Contribuições Regulares</b> (servidores e patronal)devidas e efetivamente repassadas ao RPPS no exercício, conforme Modelo 36 desta Deliberação.	SIM
20	<b>Demonstrativo das Contribuições Suplementares</b> devida se efetivamente repassada são RPPS no exercício,conforme Modelo 37 desta Deliberação.	SIM
21	<b>Demonstrativo das Contribuições</b> (servidores e patronal)devidas e efetivamente repassadas ao RGPS no exercício, conforme Modelo 38 desta Deliberação.	SIM



**PODER LEGISLATIVO**  
**MUNICÍPIO DE NOVA FRIBURGO-RJ**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE NOVA FRIBURGO**

**SECRETARIA DE CONTROLE INTERNO**

Examinada a Prestação de Contas de Gestão relativas ao exercício de 2021, verificamos que a mesma está com todas as peças e documentos exigidos pela Deliberação nº 277/2017 do Tribunal de Contas do Estado de do Rio de Janeiro.

**DETALHAMENTO DO MODELO 3A**

**7- SOBRE AS AÇÕES DO ÓRGÃO DE CONTROLE INTERNO COMPETENTE**

Questões Normativas		Sim	Não	Não Apli-cável	Vide Nota Explicativa
1	Existem manuais, rotinas ou normas internas que disciplinam os procedimentos, atividades, atribuições da unidade de controle interno?	X			X
2	Foram realizadas auditorias contábil/financeira?	X			
3	Foi realizada auditoria operacional?	X			
4	Foi realizada auditoria patrimonial?	X			
5	Foi realizada auditoria tributária?			X	
6	Foi realizada auditoria de sistemas e processamento eletrônico?	X			X
7	Foram realizadas auditorias em outras áreas?	X			X
8	Os resultados das auditorias serviram de base para elaboração do presente Relatório?	X			

Questões Normativas	Notas Explicativas
1	O Controle Interno ao longo do exercício de 2021 atuou ativamente na normatização de procedimentos que culminaram na elaboração de 09 (nove) instruções normativas. Atualmente está em fase de elaboração o Manual de Auditoria e o Programa de Integridade que contempla diversas ações de fortalecimento dos mecanismos de controles internos, levantamento e gerenciamento de riscos e respostas aos riscos, bem como estabelecimento de padrões éticos e de conduta a partir da aprovação de Código de Ética em fase de análise que fomentará cultura de integridade institucional.
6	O Controle Interno ao longo do exercício se dedicou ao cumprimento do Decreto nº 10.540/2020, através de Grupo de Trabalho constituídos por vários representantes de entidade do município, que está realizando análises e estudos para adequação aos padrões mínimos de qualidade instituídos pelo SIAFIC, Sistema Único e Integrado de Execução Orçamentária, Administração Financeira e Controle, como próximo escopo de atuação recairá na migração do atual sistema e implantação do SIAFIC utilizado pelo Executivo, verificação da integridade e fidedignidade do seu processamento.
7	Durante o período em análise foram realizadas auditorias na Comunicação Social, Processamento de Dados e Ouvidoria. Nesse sentido foram mapeados processos, identificadas fragilidades, estabelecidos recomendações de parametrização de rotinas através de elaboração de manuais dos setores e fluxogramas de atividades, elaboração de documentação padronizada em cada ambiente em referência. Adicionalmente foram promovidas



**PODER LEGISLATIVO**  
**MUNICÍPIO DE NOVA FRIBURGO-RJ**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE NOVA FRIBURGO**

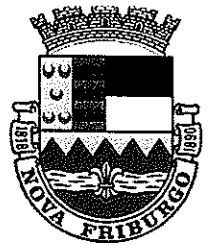
**SECRETARIA DE CONTROLE INTERNO**

	melhorias no bom uso do bem público com elaboração de Guia de Boas Práticas, promoção de maior controle social mediante adequação aos requisitos da LAI, reformulação do site da transparência em cumprimento as determinações exaradas pelo Tribunal de Contas em auditoria anterior, criação de outros canais de comunicação, treinamento periódico do Ouvidor, adesão ao Fala.Br dentre outras ações implementadas, concomitantemente foram realizadas auditoria nos contratos administrativos de maior expressão monetária, Manutenção da Frota de Veículos e Gravação e Transmissão de Sessões Legislativas.
--	---

**| 8 – RESPONSÁVEIS**

Descrição	Nome do Responsável	Ato de Nomeação	Ato de Exoneração	C/P.F	Período de Gestão
Responsável pelas Contas	Wellington da Silva Moreira	Ata de eleição para Presidência CMNF – Biênio 2021/2022	-	005.698.137-60	Exercício 2021
Responsável pelo encaminhamento das Contas	Wellington da Silva Moreira	Ata de eleição para Presidência CMNF – Biênio 2021/2022	-	005.698.137-60	Exercício 2021
Responsável pelo Setor Contábil	Ricardo Oliveira de Andrade	Portaria nº 2491/2021	-	CRC 117097/O-9	Exercício 2021
Responsáveis pelo Controle Interno Competente	Hugo Lontra da Silva	Portaria nº 2448/2021	-	101.125.977-00	Exercício 2021
Responsável pela Tesouraria	Natacha Cereja Gambini	Portaria nº 2445/2021	-	092.506.197-23	Exercício 2021
Responsável pelos Bens Patrimoniais	Wellington Monteiro de Andrade	Portaria nº 2461/2021	Portaria nº 2509/2021	085.784.447-44	Exercício 2021
Responsável pelos Bens Patrimoniais	Jorge Campos Pinheiro	Portaria nº 2511/2021	-	057.993.237-00	Exercício 2021
Responsável pelo Almoxarifado	Jorge Campos Pinheiro	Portaria nº 2460/2021	Portaria nº 2510/2021	057.993.237-00	Exercício 2021
Responsável pelo Almoxarifado	Wellington Monteiro de Andrade	Portaria nº 2512/2021	-	085.784.447-44	Exercício 2021
Procurador	Rodrigo Jardim Ascoly	Portaria nº 2444/2021	-	075.089.287-09 OAB nº 119645	Exercício 2021
Presidente da Comissão Permanente de Licitações e Pregoeira	Sílvia Zveiter de Albuquerque Rocha	Portaria nº 2446 e 2447/2021	-	784.152.687-34	Exercício 2021





**PODER LEGISLATIVO**  
**MUNICÍPIO DE NOVA FRIBURGO-RJ**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE NOVA FRIBURGO**

**SECRETARIA DE CONTROLE INTERNO**

**| 9 – ANÁLISE DA GESTÃO DA UNIDADE GESTORA**

Questões Normativas		Sim	Não	Não Aplicável	Vide Nota Explicativa
1	As demonstrações contábeis foram realizadas de acordo com os princípios de contabilidade, com as normas brasileiras de contabilidade aplicadas ao setor público e MCASP?	X			
2	Os erros na escrituração contábil do exercício anterior foram corrigidos por meio de lançamentos de estorno, transferência ou complementação e acompanhados de notas explicativas, em observância ao disposto na normatização do CFC?			X	X
3	As demonstrações contábeis evidenciam a integralidade do Ativo Imobilizado em compatibilidade com os inventários anuais, bem como, as variações decorrentes de depreciação, amortização ou exaustão, e as devidas reavaliações?		X		X
4	O saldo registrado em Caixa e Equivalentes de Caixa e Investimentos e Aplicações guarda paridade com os extratos e respectivas conciliações bancárias e valores em espécie, se for o caso?		X		X
5	Constam Notas Explicativas com informações complementares que auxiliem a análise dos Demonstrativos Contábeis, conforme orientação do MCASP?	X			
6	Foi evidenciada a composição e os esclarecimentos quantos aos valores registrados nas rubricas “Ajuste de Exercícios Anteriores” e “Ajuste de Avaliação Patrimonial”?			X	X
7	Estão sendo adotadas providências para a regularização das pendências quanto aos débitos e créditos não contabilizados, nas conciliações bancárias?			X	

Questões Normativas	Notas Explicativas
2	Não foram realizados em 2021 ajustes decorrentes de omissões e erros de registro conforme notas explicativas às DCASP's.
3	Os valores registrados no sistema de gestão patrimonial não mantiveram paridade com os valores consignados em Balanço de fechamento do exercício, o fato se deu por ausência de incorporação de bens intangíveis que foram oportunamente registrados contabilmente, os esclarecimentos constam de notas explicativas às DCASP's e já foram regularizados na época de elaboração do presente relatório.
4	Os saldos contábeis das contas bancárias registrados em sistema não mantiveram paridade com o extrato bancário, o fato se deu por cheque não ter sido compensado dentro do exercício



**PODER LEGISLATIVO**  
**MUNICÍPIO DE NOVA FRIBURGO-RJ**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE NOVA FRIBURGO**

**SECRETARIA DE CONTROLE INTERNO**

	de referência, além de arredondamento conforme evidenciando em nota técnica explicativa da Tesouraria que segue o presente.
6	A composição da conta ajuste de exercícios anteriores consta das notas explicativas do Balanço Patrimonial e segue os critérios definidos no MCASP não havendo para o exercício em referência ajuste conforme evidenciado em notas explicativas às DCASP's.

### **9.1 – DEMONSTRATIVOS CONTÁBEIS:**

Os Demonstrativos Contábeis da Câmara Municipal de Nova Friburgo foram assinados e devidamente identificados por profissional contábil habilitado no órgão de classe competente e acompanhado pelo Presidente e Tesoureira do Legislativo Municipal, sendo, na ordem: Sr. Wellington da Silva Moreira, CPF 005.698.137-60, Ricardo Oliveira de Andrade, CRC-RJ nº 117097/O-9, e Natacha Cereja Gambini, CPF 092.506.197-23.

No exame das demonstrações contábeis depreende-se que sua apresentação está em consonância com o Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP), com as Instruções de Procedimentos Contábeis (IPCs) atualizadas da STN, com a Lei complementar nº101/00 (LRF), com as Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público (DCASP) e com o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – 8ª Edição (MCASP).

Na elaboração dos demonstrativos contábeis não foram identificadas irregularidades nos procedimentos contábeis porque foi observado e aplicados todos os aspectos formais e conceituais preceituados pelas Normas Contábeis e legislação correlata.

O Controle Interno monitorou, durante o exercício, os sistemas utilizados pela contabilidade, pelo patrimônio, pelo almoxarifado e tesouraria, verificando que os mesmos apresentam relatórios adicionais que auxiliam a conferência e comparativo das informações. Em confronto, os registros nas demonstrações contábeis e as contas do responsável pelos bens patrimoniais, bens em almoxarifado e tesouraria observam-se consonância entre eles, exceto pelo Patrimônio e Tesouraria conforme descritos nas Notas Explicativas anteriores.

O conjunto dos Demonstrativos Contábeis da Câmara Municipal de Nova Friburgo engloba:

#### **BALANÇO ORÇAMENTÁRIO:**

- Balanço Orçamentário;
- Quadro da Execução de Restos a pagar Não Processados;
- Quadro da Execução dos Restos a Pagar Processados e Restos a Pagar Não Processados Liquidados;

#### **BALANÇO FINANCEIRO**

#### **BALANÇO PATRIMONIAL:**

- Balanço Patrimonial Analítico e Sintético;



**PODER LEGISLATIVO**  
**MUNICÍPIO DE NOVA FRIBURGO-RJ**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE NOVA FRIBURGO**

**SECRETARIA DE CONTROLE INTERNO**

- Quadro dos Ativos e Passivos Financeiros e Permanentes;
- Quadro das Contas de Compensação (controle);
- Quadro do Superávit / Déficit Financeiro Analítico e Sintético.

**DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS**

**DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA**

- Demonstração dos Fluxos de Caixa;
- Quadro 1FC - Receitas Derivadas e Originárias;
- Quadro 2FC – Transferências Recebidas e Concedidas;
- Quadro 3FC – Desembolsos de Pessoal e Demais Despesas por Função;
- Quadro 4FC – Juros e Encargos da Dívida.

**| 9.1.1-BALANÇO ORÇAMENTÁRIO**

De acordo com previsão no art. 102 da Lei Federal nº 4.320/64 – *O Balanço Orçamentário demonstrará as receitas e despesas previstas em confronto com as realizadas – e segundo o MCASP (Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público), 8ª edição, dispõe:*

*“O Balanço Orçamentário é composto por:*

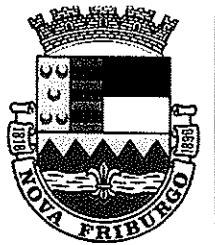
- a. Quadro Principal;*
- b. Quadro da Execução dos Restos a Pagar Não Processados; e*
- c. Quadro da Execução dos Restos a Pagar Processados.*

*O Balanço Orçamentário demonstrará as receitas detalhadas por categoria econômica e origem, especificando a previsão inicial, a previsão atualizada para o exercício, a receita realizada e o saldo, que corresponde ao excesso ou insuficiência de arrecadação. Demonstrará, também, as despesas por categoria econômica e grupo de natureza da despesa, discriminando a dotação inicial, a dotação atualizada para o exercício, as despesas empenhadas, as despesas liquidadas, as despesas pagas e o saldo da dotação. ”*

**a) do quadro principal:**

Em consonância com o MCASP e a Lei nº 4.320/64, a Câmara apresentou repasses recebidos do Executivo Municipal no exercício como duodécimo Legislativo além das despesas, ambos discriminados pela dotação inicial e alterações com seus valores atualizados e o efetivamente realizado no exercício. As despesas foram apresentadas por suas categorias econômicas e grupo de natureza da despesa, o total de despesas empenhadas, liquidadas e pagas, por fim o saldo atualizado da dotação com evidenciação do resultado orçamentário do período.

Como o Legislativo Friburguense não possui receitas próprias sendo sua única e exclusiva fonte de recursos em 2021 o repasse de duodécimo constitucional previsto, ao final do exercício financeiro, com os Restos a Pagar devidamente provisionados e com suficiência financeira de R\$ 882.184,87, devolveu ao Executivo Municipal o saldo remanescente que somou o total de R\$ 4.303.079,84,00 conforme discriminado em ofício 017/Contab/2021.



**PODER LEGISLATIVO**  
**MUNICÍPIO DE NOVA FRIBURGO-RJ**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE NOVA FRIBURGO**

**SECRETARIA DE CONTROLE INTERNO**

Lei Municipal nº 4.782, de 23 de dezembro de 2020, que aprovou o orçamento do Município de Nova Friburgo para o exercício de 2021, fixou o montante de repasse para a Câmara Municipal de Nova Friburgo no montante de R\$ 15.542.928,28.

Neste exercício de 2021, o repasse foi ajustado até o limite (6%) com base no Art.29-A da Constituição Federal/88 e ANEXO X, Lei 4.320/64 - Comparativo da Receita Orçada com Arrecadada – Consolidada de 2019, e atingiu o montante de orçamento final de R\$ 17.168.481,98.

Do montante da dotação ajustada houve devolução orçamentária ao Executivo de despesas não efetuadas de R\$ 4.000.000,00, efetivamente despesas empenhadas alcançaram o total de R\$ 13.059.094,93 que resultou em superávit orçamentário de R\$ 109.387,05, abaixo detalhamento da execução no exercício:

DOTAÇÃO INICIAL	R\$	15.542.928,28
Ajuste de dotação (6%) - Art. 29 CF/88	R\$	1.625.553,70
DOTAÇÃO REAJUSTADA NO EXERCÍCIO	R\$	17.168.481,98
Devolução ao Executivo Municipal	-R\$	4.000.000,00
DOTAÇÃO ATUALIZADA APÓS DEVOLUÇÃO	R\$	13.168.481,98
Despesas Realizadas	-R\$	13.059.094,93
Resultado orçamentário – <b>SUPERAVIT ORÇAMENTÁRIO</b>	<b>R\$</b>	<b>109.387,05</b>

Tabela 5 – Composição do resultado orçamentário

Composição da dotação atualizada:

ITEM	VALOR	PERCENTUAL
ORÇAMENTO REAJUSTADO NO EXERCÍCIO	<b>17.168.481,98</b>	<b>100,00%</b>
Despesas Correntes	12.928.725,83	75,30%
Despesas de Capital	130.369,10	0,76%
Devolução ao Executivo Municipal	-4.000.000,00	23,30%
Resultado orçamentário – <b>SUPERAVIT ORÇAMENTÁRIO</b>	109.387,05	0,64%

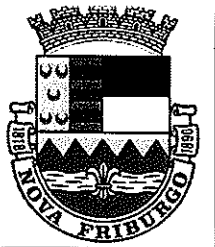
Tabela 6 – Composição da dotação atualizada

**b. Quadro da Execução dos Restos a Pagar Não Processados**

Podemos observar que durante o exercício de 2021, dos R\$ 978.011,08 inscritos em Restos a Pagar no exercício de 2020 – ANEXO I do Balanço Orçamentário, somente R\$ 755.287,91 foram liquidados e pagos e R\$ 222.723,17 foram cancelados e revertidos em devolução ao Executivo Municipal através dos Ofícios nº 04 e 17/Contab/2021 precipuamente motivada pela crise sanitária da COVID-19.

**c. Quadro da Execução dos Restos a Pagar Processados.**

Também não houve movimentação no período no demonstrativo do Quadro da Execução dos Restos a Pagar Processados e Restos a Pagar Não Processados Liquidados – ANEXO II.



**PODER LEGISLATIVO**  
**MUNICÍPIO DE NOVA FRIBURGO-RJ**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE NOVA FRIBURGO**

**SECRETARIA DE CONTROLE INTERNO**

Do balanço orçamentário podemos extrair algumas considerações, a saber:

Quociente	Fórmula	Cálculo	Resultado
Quociente da Execução <sup>1</sup> da Receita	Repasse Efetivado/ Repasse Previsão Inicial	R\$ 17.168.481,90 R\$ 15.542.928,28	<b>1,104584773</b>
Quociente de Execução <sup>2</sup> da Despesa	Despesa Executada/ Despesa Fixada	R\$ 13.059.094,93 R\$ 15.542.928,28	<b>0,840195277</b>
Quociente do Resultado <sup>3</sup> Orçamentário	Repasse Efetivado Despesa Executada	R\$ 17.168.481,90 R\$ 13.059.094,93	<b>1,314676246</b>
Quociente do Equilíbrio <sup>4</sup> Orçamentário	Despesa Fixada Repasse Previsto	R\$ 15.542.928,28 R\$ 15.542.928,28	<b>1</b>

Tabela 7: Análise do Balanço Orçamentário

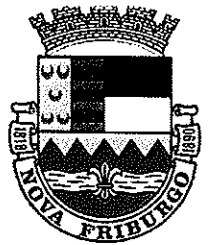
1. Para o ano de 2021 identifica-se que para cada R\$ 1,00 real de repasse previsto, houve a realização de R\$ 1,10 efetivado, demonstrando excesso de arrecadação ocorrido no Município ao longo do exercício.
2. No ano de 2021 identifica-se que para cada R\$ 1,00 real de despesa fixada, houve a realização de R\$ 0,84 de despesa no exercício, demonstrando que o total de despesas empenhadas foi inferior ao montante autorizado em dotação, o que reforça que a Câmara fez economia orçamentária.
3. Em 2021, para cada 1 real de despesa empenhada há uma margem de R\$ 0,31 para fazer frente as despesas, demonstrando folga financeira e orçamentária.
4. Evidenciação da observância ao princípio do equilíbrio orçamentário.

Todas essas comparações apontam para o cumprimento do princípio do equilíbrio orçamentário e eficiência no gerenciamento dos recursos públicos, há que se considerar inclusive o momento de excepcionalidade provocado pela pandemia.

## **| 9.1.2 – BALANÇO FINANCEIRO**

A elaboração do Balanço Financeiro e publicação é obrigatória por força do art. 101 da Lei nº 4.320/1964, que diz o seguinte:

*“O Balanço Financeiro demonstrará a receita e a despesa orçamentárias bem como os recebimentos e os pagamentos de natureza extra-orçamentária, conjugados com os saldos em espécie provenientes do exercício anterior, e os que se transferem para o exercício seguinte. ”*



**PODER LEGISLATIVO**  
**MUNICÍPIO DE NOVA FRIBURGO-RJ**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE NOVA FRIBURGO**

**SECRETARIA DE CONTROLE INTERNO**

No que se refere ao do Balanço Financeiro o MCASP (Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público), 8ª edição, assim dispõe:

*“O Balanço Financeiro (BF) evidencia as receitas e despesas orçamentárias, bem como os ingressos e dispêndios extraorçamentários, conjugados com os saldos de caixa do exercício anterior e os que se transferem para o início do exercício seguinte”*

*O Balanço Financeiro é composto por um único quadro que evidencia a movimentação financeira das entidades do setor público, demonstrando:*

- a. a receita orçamentária realizada e a despesa orçamentária executada, por fonte / destinação de recurso, discriminando as ordinárias e as vinculadas;*
- b. os recebimentos e os pagamentos extraorçamentários;*
- c. as transferências financeiras recebidas e concedidas, decorrentes ou independentes da execução orçamentária, destacando os aportes de recursos para o RPPS; e*
- d. o saldo em espécie do exercício anterior e para o exercício seguinte.”*

Da análise do Balanço Financeiro constata-se a sua equivalência aos moldes da NBCASP, ANEXO 13 da Lei 4.320/64, alterado pela Portaria STN 438/12, Parte V – DCASP do MCASP, 8ª Edição.

Sendo finalidade do Balanço Financeiro demonstrar o resultado financeiro do período e apontar indicadores que servirão de suporte para a avaliação da gestão financeira, o Legislativo Friburguense apresentou relatório em conformidade com as exigências pré-definidas, elencando o total de ingressos e dispêndios do exercício atual e anterior; partindo do disponível do exercício anterior (saldo inicial), evidenciando as transferências financeiras recebidas, os recebimentos extraorçamentários, as despesas orçamentárias, as transferências financeiras concedidas e pagamentos extraorçamentários, chegando-se assim, no valor do Disponível para o Exercício Seguinte (saldo final).

Do total de recursos recebidos do Poder Executivo R\$ 17.168.481,98 (transferências recebidas – previsão atualizada) ao longo do ano de 2021 relativos ao pagamento de duodécimo constitucional mensal, R\$ 4.222.723,17 representam o total de despesas não realizadas e devolvidas financeiramente ao Executivo.

O saldo de Caixa e Equivalente de Caixa para o exercício seguinte no valor de R\$ 1.020.992,77 demonstra que foi observado a suficiência financeira para adimplir com as despesas empenhadas e ainda não liquidadas conforme composição abaixo:

Saldo de caixa e equivalente de caixa em 31/12/2021	R\$ 1.020.992,77	
Restos a Pagar não processados		-R\$ 882.184,87
Sobras de repasse de 2021 a ser abatido do duodécimo 2022*		-R\$ 109.387,05
DDO		-R\$ 29.420,85
		R\$ -
*na forma do art. 168, § 2º da CF/88		

Tabela 8: Composição de saldo de Caixa transferido para exercício de 2022

Tomando como base o exercício anterior ao em análise podemos inferir o seguinte:



**PODER LEGISLATIVO**  
**MUNICÍPIO DE NOVA FRIBURGO-RJ**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE NOVA FRIBURGO**

**SECRETARIA DE CONTROLE INTERNO**

Quociente	Fórmula	Cálculo	Resultado
Resultado da Gestão de Caixa do Período	Saldo atual (exercício seguinte) – Saldo do Exercício Anterior	R\$ 1.020.992,77 R\$ 1.003.735,80	R\$ 17.256,97
Quociente de Restos a Pagar	Restos a Pagar / Disponibilidade de Caixa	R\$ 882.184,87 R\$ 1.020.992,77	0,864046148

Tabela 9: Análise do Balanço Financeiro

Dá análise conclui-se que houve aumento das disponibilidades financeiras no período provocado pelo acréscimo de transferências financeiras recebidas no ano de 2021.

Também se observa que foi observado suficiência de fundos para cumprir com os Restos a Pagar inscritos a partir da consignação de valores sendo parte a ser restituídos do duodécimo do exercício de 2022 conforme Tabela 8.

### 9.1.3 – BALANÇO PATRIMONIAL

O MCASP define o balanço patrimonial como:

*“O Balanço Patrimonial é a demonstração contábil que evidencia, qualitativa e quantitativamente, a situação patrimonial da entidade pública por meio de contas representativas do patrimônio público, bem como os atos potenciais, que são registrados em contas de compensação (natureza de informação de controle).*

*A Lei nº 4.320/1964 confere viés orçamentário ao Balanço Patrimonial ao separar o ativo e o passivo em dois grupos, Financeiro e Permanente, em função da dependência ou não de autorização legislativa ou orçamentária para realização dos itens que o compõem.*

*A fim de atender aos novos padrões da Contabilidade Aplicada ao Setor Público (CASP), as estruturas das demonstrações contábeis contidas nos anexos da Lei nº 4.320/1964 foram alteradas pela Portaria STN nº 438/2012.*

*Assim, de modo a atender às determinações legais e às normas contábeis vigentes, atualmente o Balanço Patrimonial é composto por:*

- a. Quadro Principal;*
- b. Quadro dos Ativos e Passivos Financeiros e Permanentes;*
- c. Quadro das Contas de Compensação (controle); e*
- d. Quadro do Superávit / Déficit Financeiro”*

Em relação ao supracitado, a Câmara apresentou na sua integralidade todas as peças integrantes do balanço Patrimonial preconizado.

Dá análise da peça pode-se concluir que o Ativo Circulante é composto apenas de Caixa e Equivalentes de Caixa e Estoque de bens de consumo disponíveis em Almoxarifado.

Foi realizada reserva financeira para manter equilíbrio de caixa no pagamento de restos a pagar não processados e demais depósitos vinculados.

O estoque de Almoxarifado foi conferido através de conciliação do inventário anual do setor e registros apurados na Contabilidade e foi possível concluir sobre a fidedignidade e integralidade dos registros.



**PODER LEGISLATIVO**  
**MUNICÍPIO DE NOVA FRIBURGO-RJ**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE NOVA FRIBURGO**

**SECRETARIA DE CONTROLE INTERNO**

Os bens de consumo são controlados em sistema próprio que mantém correspondência qualitativa e quantitativa com o escriturado pela contabilidade.

Os bens móveis, imóveis e intangíveis estão registrados e classificados adequadamente em sistema próprio do setor de Patrimônio, foram depreciados e amortizados em conformidade às normas contábeis e relativamente ao período em análise houve discrepância de valores entre os sistemas contábil e patrimonial conforme evidenciado em nota explicativa as DCASPs.

Todos os métodos de reconhecimento, mensuração e depreciação/amortização dos ativos permanentes foram evidenciados devidamente em notas explicativas do Balanço Patrimonial.

Os bens que foram baixados definitivamente seguiram os parâmetros previstos na legislação e normas contábeis aplicáveis e foram documentados em processo administrativo.

Pela análise do Passivo, pode-se inferir que o Legislativo Friburguense não possui obrigações de curto prazo exceto, R\$ 138.807,90 parte de valores restituíveis R\$ 29.420,85 e parte de abatimentos a serem consignados do duodécimo 2022 no montante de R\$ 109.387,05.

Do passivo não-circulante em comparação ao exercício anterior foi baixada a dívida de parcelamento com INSS após instrução do Poder Executivo Municipal, todo o detalhamento do processo e procedimento contábil de baixa foram evidenciados em nota explicativa e demonstrado no Demonstrativo dos Ativos e Passivos Financeiros e Permanentes.

A baixa da dívida com INSS promoveu incremento no saldo patrimonial de R\$ 965.126,00 evidenciando uma maior solvência do Legislativo.

O saldo atual apurado em Patrimônio Líquido de R\$ 2.122.668,97 corresponde a valores transferidos do exercício de 2020 mais o apurado em 2021 demonstrado na Demonstração das Variações Patrimoniais, que evidencia que em relação ao exercício anterior houve incremento no resultado em mais de 195% provocado pelo aumento do repasse do exercício em análise e da baixa da dívida com INSS.

O quadro das contas de compensação integrante do Balanço Patrimonial apresenta-se zerado porque na gestão do exercício de 2021, a Câmara não realizou atos administrativos que pudessem impactar o patrimônio em exercícios seguintes, conforme explanado em nota explicativa.

Com base na Balanço patrimonial podemos fazer algumas considerações:

Quociente	Fórmula	Resultado	
Resultado Financeiro do Período	Ativo Financeiro – Passivo Financeiro	0	EQUILÍBRIO NO RESULTADO FINANCEIRO DO PERÍODO
Quociente da Situação Financeira	$\frac{\text{Ativo Financeiro}^1}{\text{Passivo Financeiro}}$	1	EQUILÍBRIO NA SITUAÇÃO FINANCEIRA
Quociente da Situação Permanente	$\frac{\text{Ativo Permanente}^2}{\text{Passivo Permanente}}$	>1	SUPERÁVIT EM INVESTIMENTOS PERMANENTES
Quociente do Resultado Patrimonial	$\frac{\text{Ativo Real}^3}{\text{Passivo Real}}$	2,214978339	SUPERÁVIT PATRIMONIAL

Tabela 10: Análise do Balanço Patrimonial

1. O quociente demonstra a relação dos recursos financeiros disponíveis (disponível, créditos, valores realizáveis) frente às obrigações financeiras.





**PODER LEGISLATIVO**  
**MUNICÍPIO DE NOVA FRIBURGO-RJ**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE NOVA FRIBURGO**

**SECRETARIA DE CONTROLE INTERNO**

2. As dívidas de caráter permanente da Câmara compostas pela dívida junto ao INSS foram baixadas o que permitiu melhora na situação patrimonial.
3. A soma de todos os bens e direitos, Ativo Real, comportam o pagamento de todas as obrigações assumidas, o que representa situação patrimonial positiva.

**9.1.4 – DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS:**

De acordo com o MCASP,

*“A Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP) evidenciará as alterações verificadas no patrimônio, resultantes ou independentes da execução orçamentária, e indicará o resultado patrimonial do exercício.*

*O resultado patrimonial do período é apurado na DVP pelo confronto entre as variações patrimoniais quantitativas aumentativas e diminutivas. O valor apurado passa a compor o saldo patrimonial do Balanço Patrimonial (BP) do exercício”*

Nesse sentido, a peça apresentada evidenciou as alterações quantitativas ocorridas no patrimônio da Câmara que permitem concluir que o resultado patrimonial do período foi de R\$ 1.404.098,99, sendo as únicas variações positivas auferidas no período, relativas as transferências recebidas pelo Executivo Municipal a título de duodécimo legislativo, incorporação de bens móveis por doação e transferência, documentadas em Processos Administrativos detalhados em nota explicativa às demonstrações contábeis além de baixa da dívida de parcelamento de INSS igualmente evidenciada em notas explicativas.

Outro ponto importante a ressaltar refere-se ao fato de que ao longo do exercício houve baixa permanente de bens móveis a título de transferência ao Executivo, documentado em Processo Administrativo nº 20 e 500 e 777 que juntos somam o montante de baixa de R\$ 63.050,40.

O detalhamento dos procedimentos contábeis de baixa dos bens está descrito em nota explicativa.

Parte de Restos a Pagar não Processados no exercício de 2020 foram cancelados através de estorno no exercício de 2021, os montantes foram devolvidos ao Executivo e as justificativas para o procedimento de cancelamento estão dispostas na DEOs nº117/21 e 463/21.

Da análise do demonstrativo podemos inferir que:

<b>Resultado Patrimonial</b>	<b>2020</b>	<b>2021</b>	<b>Variação %</b>
(=) Variações patrimoniais aumentativas	R\$ 18.727.448,93	R\$ 18.798.578,11	0,37981%
(-) Variações patrimoniais diminutivas	R\$ 11.834.965,62	R\$ 10.648.025,11	-10,02910%
(=) Resultado Patrimonial do período	R\$ 212.840,07	R\$ 1.404.098,99	559,69673%

Tabela 11: Análise da Demonstração de Variações Patrimoniais

A partir dos dados analisados, nota-se que a DVP apresentada no ano de 2021 teve resultado positivo de R\$ 1.404.098,99, tal resultado se explica pelo fato de que a dívida de INSS foi baixada



**PODER LEGISLATIVO**  
**MUNICÍPIO DE NOVA FRIBURGO-RJ**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE NOVA FRIBURGO**

**SECRETARIA DE CONTROLE INTERNO**

consoante instruções da Prefeitura de Nova Friburgo assim, houve incremento no resultado motivado pela VPA gerada na baixa da dívida.

Também pode-se observar que houve ainda que modesto acréscimo nas VPAs e decréscimos nas VPD's que igualmente favorecem acréscimo de resultado patrimonial de 559,69%.

### **| 9.1.5 – DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA:**

No MCASP, a demonstração do fluxo de caixa representa:

*“A Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC) apresenta as entradas e saídas de caixa e as classifica em fluxos operacional, de investimento e de financiamento.  
A DFC identificará:*

- a. as fontes de geração dos fluxos de entrada de caixa;*
- b. os itens de consumo de caixa durante o período das demonstrações contábeis; e*
- c. o saldo do caixa na data das demonstrações contábeis”*

Em relação ao demonstrativo no que tange Geração Líquida de Caixa e Equivalente de Caixa, mantém correspondência com o apresentado em Balanço Patrimonial.

O total de investimentos realizados no exercício de 2021 foi de R\$ 130.369,10 que corresponde a compra de bens móveis e bens intangíveis.

<b>Resultado Patrimonial</b>	<b>2020</b>	<b>2021</b>	<b>Variação %</b>
(=) ATIVO CIRCULANTE	R\$ 1.113.898,94	R\$ 1.125.120,67	1,007%
(-) PASSIVO CIRCULANTE	R\$ 9.807,72	R\$ 138.807,90	1315,292%
(=) CCL	R\$ 1.104.091,22	R\$ 986.312,77	-10,667%

Tabela 12: Análise do Capital Circulante Líquido

O capital circulante líquido no ano de 2021 teve um decréscimo de R\$ 117.778,45 e em termos percentuais de 10,667% provocado principalmente pela assunção de dívidas de curto prazo.

É possível concluir que não houve no exercício atividades de financiamento.

Com base no que foi apresentado em relatório pode-se afirmar que o demonstrativo atende as técnicas e normas contábeis.

### **| 9.1.6 – DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA FLUTUANTE E FUNDADA**

Segundo a Lei nº 4320/64, os demonstrativos representam:

- “Art. 92. A dívida flutuante compreende:*  
*I - os restos a pagar, excluídos os serviços da dívida;*  
*II - os serviços da dívida a pagar;*  
*III - os depósitos;*  
*IV - os débitos de tesouraria.*



**PODER LEGISLATIVO**  
**MUNICÍPIO DE NOVA FRIBURGO-RJ**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE NOVA FRIBURGO**

**SECRETARIA DE CONTROLE INTERNO**

*Art. 98. A dívida fundada será escriturada com individualização e especificações que permitem verificar, a qualquer momento, a posição dos empréstimos, bem como os respectivos serviços de amortização e juros".*

Em cumprimento as exigências legais e contábeis a Câmara apresentou os demonstrativos em conformidade e demonstrou em notas explicativas os aspectos relevantes que impactam a sua composição.

Em relação a dívida fluante foi evidenciado o provisionamento dos Restos a Pagar e dos Depósitos Restituíveis conforme determinação da Lei 4320/64.

Já em relação a dívida fundada foi corretamente demonstrado a baixa da dívida com INSS conforme orientação técnica do município, tais esclarecimentos foram devidamente pontuados em notas explicativas.

### **9.1.7 – NOTAS EXPLICATIVAS**

As demonstrações contábeis foram devidamente acompanhadas de notas explicativas norteadoras de conteúdo e esclarecimentos das circunstâncias relevantes e em conformidade as orientações e estrutura previstas no MCASP.

### **9.2 - DA GESTÃO FISCAL, FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA**

Por competência constitucional, o Legislativo Municipal não possui arrecadação. A despesa é fixada no Orçamento do Município e sua contrapartida é comportada, por previsão legal – Art. 29-A CF/88, com repasse oriundo do Executivo, em forma de duodécimo.

À guisa da Lei Complementar nº 95, de 01 de abril de 2015, que REGULAMENTA A ESTRUTURA ADMINISTRATIVA E O PLANO DE CARGOS E VENCIMENTOS DOS SERVIDORES EFETIVOS E COMISSIONADOS DA CÂMARA MUNICIPAL DE NOVA FRIBURGO, utilizada como norma paradigma na checagem dos processos de Folha de Pagamento de Pessoal, observa-se o recolhimento dos encargos sociais para o INSS, FGTS e RPPS.

As Guias de Recolhimento e Processos de Pagamentos evidenciam o repasse, coadunando com o ANEXO XVII, da Lei 4.320/64 e adimplência do órgão com as instituições previdenciárias de regime próprio e geral.

Lei Municipal nº. 4.782, de 23 de dezembro de 2020 e Decreto nº 903/2021 – Quadro de Detalhamento da Despesa, publicados em 29.12.2020 e 17.12.2021, fixou a dotação do Legislativo Municipal para o Exercício de 2021 em R\$ 15.542,928,28, sendo coberta — e ajustada para R\$ 17.168.481,98 – pela transferência financeira por cotas (duodécimo) proveniente do Poder Executivo Municipal, ficando previsto perfeito equilíbrio, conforme determina a Lei Federal nº 4.320/64 e em consonância aos limites estabelecidos ao art. 29-A CF/88.

O Legislativo Friburguense não possui receita própria, sendo os seus recursos oriundos do Executivo na forma de duodécimo, conforme prevê a Constituição Federal de 1988. De igual modo não possui Fundo Próprio, assim, em observância ao Princípio da Anualidade, ao final do exercício é realizada a devolução de despesas não efetuadas. Todos os ingressos, cuja derivação não guarda vínculo com o repasse são encaminhados ao Executivo Municipal para consolidação da Tesouraria, conforme arts. 56 e 83 da Lei 4.320/64.



**PODER LEGISLATIVO**  
**MUNICÍPIO DE NOVA FRIBURGO-RJ**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE NOVA FRIBURGO**

**SECRETARIA DE CONTROLE INTERNO**

Resumo da Movimentação Financeira decorrente da Execução Orçamentária

Descrição	Valor (R\$)
Repasse	17.168.481,98
Despesa Empenhada	(13.059.094,93)
Devolução Orçamentária ao Executivo*	(4.000.000,00)
Superávit / Déficit (A-B) - C	109.387,05

(\*) "Despesas não Efetuadas" no período são devolvidas ao Executivo ao término de exercício.

Todos os pontos são evidenciados pelo Anexo I, item 12 da deliberação 277/17, em suas respectivas notas explicativas.

Questões Normativas		Sim	Não	Não Aplicá-	Vide Nota Explica-
1	O déficit financeiro foi contido com a adoção de medidas pela administração?			x	
2	As contribuições previdenciárias dos servidores estão sendo recolhidas regularmente?	x			
3	A contribuição previdenciária patronal está sendo recolhida regularmente?	x			
4	As receitas extraorçamentárias foram repassadas a quem de direito?	x			
5	As despesas, selecionadas com base em técnicas de amostragem, foram previamente empenhadas?	x			
6	As despesas, selecionadas com base em técnicas de amostragem, observaram os pré-requisitos para sua liquidação?	x			
7	As despesas pagas, selecionadas com base em técnicas de amostragem, foram devidamente liquidadas?	x			
8	Os recursos vinculados, selecionados com base em técnicas de amostragem, foram devidamente aplicados na finalidade a que se destinavam?	x			
9	Existe controle para que seja observado se os passivos estão sendo pagos em ordem cronológica de suas exigibilidades?	x			
10	Foi observada a normatização municipal na concessão e comprovação dos adiantamentos?			x	
11	Foram adotadas medidas administrativas para caracterização ou elisão de dano ao erário, procedimento empregado antes da instauração da Tomada de Contas?			x	
12	A documentação prevista no artigo 12 da Deliberação TCE-RJ nº 277/2017, referente ao setor de tesouraria, encontra-se arquivada no órgão?	x			

Dá análise da prestação de contas anual do setor de Tesouraria e seus anexos, consulta ao sistema e amostragens realizadas, o Controle Interno concluiu que não foram identificadas irregularidades nem distorções relevantes, com base nessa assertiva devolveu ao setor de origem após análise e aprovação, a prestação de contas da Tesouraria – Exercício de 2021 – sob a responsabilidade do Sra. Natacha Gambini Cereja, para digitalização, ficando disponível nos arquivos da Câmara Municipal de Nova Friburgo, de acordo com o art. 12 da Deliberação 277/17.



**PODER LEGISLATIVO**  
**MUNICÍPIO DE NOVA FRIBURGO-RJ**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE NOVA FRIBURGO**

**SECRETARIA DE CONTROLE INTERNO**

**9.3 - DA GESTÃO PATRIMONIAL**

Questões Normativas		Sim	Não	Não Aplicável	Vide Nota Explicativa
1	Os passivos cancelados encontram embasamento legal?			X	
2	Os controles de bens de caráter permanente contêm informações necessárias e suficientes para sua caracterização?	X			
3	As baixas dos bens por obsolescência, imprestabilidade, por ser de recuperação antieconômica ou por ser inservível ao serviço público, estão sendo devidamente controlados?	X			
4	A documentação prevista no artigo 12 da Deliberação TCE-RJ nº 277/2017, referente aos bens patrimoniais, encontra-se arquivada no órgão?	X			
5	A documentação prevista no artigo 12 da Deliberação TCE-RJ nº 277/2017, referente aos bens em almoxarifado, encontra-se arquivada no órgão?	X			

Os bens de consumo são controlados pelo setor de Almoxarifado que dispõem de sistema de gestão próprio para registrar todas as movimentações ocorridas no período. Da prestação de contas deste setor enviada para análise foi possível concluir que não houve discrepâncias nos procedimentos realizados para entrada e saída de bens bem como não há divergências entre os saldos apurados na contabilidade e o registrado em Almoxarifado, mantendo paridade entre ambos.

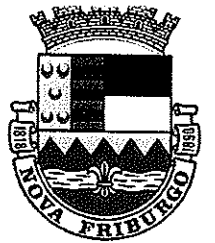
A prestação de contas anual do Almoxarifado – Exercício de 2021 – sob a responsabilidade do Sr. Wellington Monteiro de Andrade encontra-se digitalizada e disponível nos arquivos da Câmara Municipal de Nova Friburgo, de acordo com o art. 12 da Deliberação 277/17.

No exercício houve baixa de veículos, todos instruídos através de Processos Administrativos nº 20 e 500 e 777 que somaram baixa de R\$ 63.050,40. O detalhamento dos procedimentos contábeis da baixa dos bens está descrito em nota explicativa

Dá análise da prestação de contas anual do setor de Patrimônio, bem como declaração da Chefe de Patrimônio, constante naquela, o Controle Interno concluiu que foram identificadas irregularidades já mencionadas anteriormente e devidamente regularizadas após comunicação. Assim, após acompanhado e analisado, a prestação de contas do Patrimônio – Exercício de 2021 – sob a responsabilidade do Sr. Jorge Campos Pinheiro, encontra-se digitalizada e disponível nos arquivos da Câmara Municipal de Nova Friburgo, de acordo com o art. 12 da Deliberação 277/17.

**9.4 – DEMAIS ATOS DE GESTÃO**

Questões Normativas		Sim	Não	Não Aplicável	Vide Nota Explicativa
1	Foram observados os limites, municipais e constitucionais, para pagamento da remuneração aos Agentes Políticos?	X			
2	As diárias foram pagas e comprovadas de acordo com a legislação municipal?	X			
3	Foi respeitado o limite com a folha de pagamentos, conforme determinado no § 1º do artigo 29-A da Constituição Federal?	X			
4	Foi respeitado o limite com gastos da Câmara Municipal conforme determinado no caput do artigo 29-A da Constituição Federal?	X			
5	O Poder Legislativo respeitou o limite de despesa com pessoal estabelecido na alínea “a”, inciso III, art. 20 da LRF (6% da RCL) em algum período do exercício?	X			
6	Foi respeitado o disposto no artigo 42 da Lei Federal nº 101/00 quando do término do mandato do Presidente da Câmara?			X	



**PODER LEGISLATIVO**  
**MUNICÍPIO DE NOVA FRIBURGO-RJ**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE NOVA FRIBURGO**

**SECRETARIA DE CONTROLE INTERNO**

**9.4.1 – DA OBSERVÂNCIA DOS LIMITES PARA PAGAMENTO DE REMUNERAÇÃO DE AGENTES POLÍTICOS**

Do levantamento dos limites de gastos com vereadores destaca-se que o preenchimento de cadeiras do Legislativo Friburguense deu-se em observância à Constituição Federal e, posteriormente, em consonância à emenda Constitucional 58/09. Segundo o sítio eletrônico do IBGE<sup>4</sup>, a população estimada em 2021, da cidade de Nova Friburgo gira em torno de 191.664 pessoas e segundo último censo, realizado em 2010 de 182.082 pessoas, o que enquadra o Município de Nova Friburgo na faixa prevista na alínea “g”<sup>5</sup> da Constituição Federal, redação dada pela Emenda Constitucional nº 58.

Das análises dos demonstrativos de remuneração e dos pagamentos efetuados, certifica-se que os limites previstos foram observados. A Resolução Legislativa nº 2.437, de 05 de novembro de 2020, publicado no Jornal A Voz da Serra em 11 de novembro de 2020, fixou o subsídio mensal dos vereadores do município de Nova Friburgo em R\$ 8.229,94 (oito mil, duzentos e vinte e nove reais e noventa e quatro centavos) para a legislatura de 2021/2024.

Na apuração dos gastos com os parlamentares verifica-se não ter ocorrido no exercício em referência revisão geral, sessões extraordinárias remuneradas, ajuda de custo, gratificações, adicionais ou outra espécie remuneratória consoante o que disciplina o § 4º do artigo 39, evidenciando que os valores estão dentro dos limites das parcelas mensais e anuais estabelecidos na legislação de referência.

**1 – Remuneração do Prefeito:** individualmente cada Vereador não poderá receber subsídio superior ao do Prefeito Municipal em conformidade ao inciso XII, artigo 37 e § 4º, artigo 39, todos da Constituição Federal de 1988.

PARÂMETROS	Valor Mensal	Valor Anual <sup>2</sup>
Remuneração do Prefeito <sup>1</sup>	R\$ 19.000,00	R\$ 228.000,00
Remuneração do Vereador <sup>3</sup>	R\$ 8.229,94	R\$ 106.989,22
	Diferença a maior recebido	0

Tabela 13: Limite de subsídio do Prefeito

1 – Fonte: <http://novafriburgo-rj.portaltip.com.br/consultas/detalhes/servidor.aspx> acesso em 06/05/2022.

2 – incluso: 13º salário, férias e terço constitucional de férias na forma dos arts. 1º e 2º Resolução Legislativa nº 2.437/2020 <https://cespro.com.br/visualizarDiploma.php?cdMunicipio=6811&cdDiploma=20202437&NroLei=2.437&Word=0&Word2=> conforme julgado do Supremo Tribunal Federal ao Recurso Extraordinário nº 650.898.

3 – <https://transparencia.novafriburgo.rj.leg.br/> acesso em 06/05/2022.

<sup>4</sup>Fonte: Site do IBGE, em pesquisa realizada em 06 de maio de 2022. <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rj/nova-friburgo/panorama>

<sup>5</sup> - IV - para a composição das Câmaras Municipais, será observado o limite máximo de:

(...)

g) 21 (vinte e um) Vereadores, nos Municípios de mais de 160.000 (cento e sessenta mil) habitantes e de até 300.000 (trezentos mil) habitantes;

<sup>6</sup>§ 4º O membro de Poder, o detentor de mandato eletivo, os Ministros de Estado e os Secretários Estaduais e Municipais serão remunerados exclusivamente por subsídio fixado em parcela única, vedado o acréscimo de qualquer gratificação, adicional, abono, prêmio, verba de representação ou outra espécie remuneratória, obedecido, em qualquer caso, o disposto no art. 37, X e XI.



**PODER LEGISLATIVO**  
**MUNICÍPIO DE NOVA FRIBURGO-RJ**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE NOVA FRIBURGO**

**SECRETARIA DE CONTROLE INTERNO**

**2 - Remuneração do Deputado Estadual:** o valor individual do subsídio do Vereador de Nova Friburgo está limitado a 50% do subsídio pago ao Deputado Estadual do Rio de Janeiro, nos termos do art. 29, inciso VI, alínea “d” da Constituição Federal.

PARÂMETROS	Valor Mensal	Valor Anual <sup>2</sup>
Remuneração do Deputado Estadual <sup>1</sup>	R\$ 25.322,25	R\$ 303.867,00
50% da Remuneração do Deputado Estadual do Rio de Janeiro	R\$ 12.661,13	R\$ 151.933,50
Remuneração do Vereador	R\$ 8.229,94	R\$ 106.989,22
Diferença a maior recebido		0

Tabela 14: Limite de subsídio do Deputado Estadual

1 – Fonte: <https://transparencia.alerj.rj.gov.br/section/report/73> acesso em 06/05/2022.

2 - incluso: 13º salário, férias e terço constitucional de férias na forma dos arts. 1º e 2º Resolução Legislativa nº 2.437/2020 <https://cespro.com.br/visualizarDiploma.php?cdMunicipio=6811&cdDiploma=20202437&NroLei=2.437&Word=0&Word2=> conforme julgado do Supremo Tribunal Federal ao Recurso Extraordinário nº 650.898.

**3 – Com relação ao Teto Constitucional,** art. 37, inciso XI<sup>7</sup> da Constituição Federal de 1988, com redação dada pela Emenda Constitucional nº 41/2003:

PARÂMETROS	Valor Mensal	Valor Anual <sup>2</sup>
Remuneração do Ministro do Supremo Federal <sup>1</sup>	R\$ 39.293,32	R\$ 471.519,84
Remuneração percebida pelo Vereador	R\$ 8.229,94	R\$ 106.989,22
Diferença a maior recebido		0

Tabela 15: Limite de subsídio do Ministro do STF

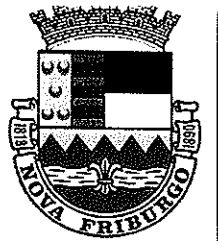
1 – Fonte: <https://www.stf.jus.br/portal/remuneracao/pesquisarRemuneracao.asp> acesso em 06/05/2022.

2 - incluso: 13º salário, férias e terço constitucional de férias na forma dos arts. 1º e 2º Resolução Legislativa nº 2.437/2020 <https://cespro.com.br/visualizarDiploma.php?cdMunicipio=6811&cdDiploma=20202437&NroLei=2.437&Word=0&Word2=> conforme julgado do Supremo Tribunal Federal ao Recurso Extraordinário nº 650.898.

**4 – Em relação à Receita,** o artigo 29, inciso VII, da Constituição Federal, limita: “o total da despesa com a remuneração dos Vereadores não poderá ultrapassar o montante de cinco por cento da receita do Município”. Na comparação com o Anexo X – Receita Consolidada de 2021, deduzidas as quotas de FUNDEB e Convênios, verifica-se o cumprimento do limite.

**Verifica-se que os limites de gastos com vereadores foram cumpridos, nos exatos termos das legislações e parâmetros Federais, Estaduais e Municipais.**

<sup>7</sup> XI - a remuneração e o subsídio dos ocupantes de cargos, funções e empregos públicos da administração direta, autárquica e fundacional, dos membros de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, dos detentores de mandato eletivo e dos demais agentes políticos e os proventos, pensões ou outra espécie remuneratória, percebidos cumulativamente ou não, incluídas as vantagens pessoais ou de qualquer outra natureza, não poderão exceder o subsídio mensal, em espécie, dos Ministros do Supremo Tribunal Federal, aplicando-se como limite, nos Municípios, o subsídio do Prefeito, e nos Estados e no Distrito Federal, o subsídio mensal do Governador no âmbito do Poder Executivo, o subsídio dos Deputados Estaduais e Distritais no âmbito do Poder Legislativo e o subsídio dos Desembargadores do Tribunal de Justiça, limitado a noventa inteiros e vinte e cinco centésimos por cento do subsídio mensal, em espécie, dos Ministros do Supremo Tribunal Federal, no âmbito do Poder Judiciário, aplicável este limite aos membros do Ministério Público, aos Procuradores e aos Defensores Públicos;



PODER LEGISLATIVO  
MUNICÍPIO DE NOVA FRIBURGO-RJ  
CÂMARA MUNICIPAL DE NOVA FRIBURGO

SECRETARIA DE CONTROLE INTERNO

**9.4.2 – DOS LIMITES DE DESPESA COM FOLHA DE PAGAMENTO E DE DESPESA TOTAL COM PESSOAL**

Da apuração dos limites de gastos com pessoal, averiguou-se o respeito aos limites:

- a) norteados pela Lei de Responsabilidade Fiscal, com parâmetro na Receita Corrente Líquida, incluindo os Encargos Sociais<sup>8</sup>;
- b) quanto ao menor, isto é, os 70% (setenta por cento) – Art. 29-A, CF/88, incluindo os vereadores, sem os Encargos Sociais<sup>9</sup>.

**DESPESAS COM PESSOAL JAN/DEZ 2021:**

Constata-se pelos demonstrativos contábeis, Razão da conta contábil, Relatórios de Gestão Fiscal do 1º, 2º e 3º Quadrimestre de 2021, tempestivamente publicados e enviados ao e-TCE/RJ e Siconfi, a obediência aos parâmetros da CF/88 e da LRF. No resumo:

EXERCÍCIO 2021	C/ FOLHA	REPASSE CONSOLIDADO	%
LIMITE 70%	8.928.450,07	17.168.481,98	52,00%
TOTAL C/ PESSOAL		RCL CONSOLIDADA	%
6% RCL	10.648.025,11	651.945.415,76	1,63%

Tabela 16: Limite de 6% RCL

**10 – AÇÕES REALIZADAS**

<sup>8</sup> § 3º Para a apuração da despesa total com pessoal, será observada a remuneração bruta do servidor, sem qualquer dedução ou retenção, ressalvada a redução para atendimento ao disposto no art. 37, inciso XI, da Constituição Federal.

Art. 19. Para os fins do disposto no caput do art. 169 da Constituição, a despesa total com pessoal, em cada período de apuração e em cada ente da Federação, não poderá exceder os percentuais da receita corrente líquida, a seguir discriminados:

(...)

**III - Municípios: 60% (sessenta por cento).**

Art. 20. A repartição dos limites globais do art. 19 não poderá exceder os seguintes percentuais:

(...)

III - na esfera municipal:

**a) 6% (seis por cento) para o Legislativo, incluído o Tribunal de Contas do Município, quando houver;**

<sup>9</sup> Conforme voto em resposta à consulta do TCE/RJ nº 270.222-2/01.

Art. 29-A. O total da despesa do Poder Legislativo Municipal, incluídos os subsídios dos Vereadores e excluídos os gastos com inativos, não poderá ultrapassar os seguintes percentuais, relativos ao somatório da receita tributária e das transferências previstas no § 5º do art. 153 e nos arts. 158 e 159, efetivamente realizado no exercício anterior:

§ 1º A Câmara Municipal não gastará mais de setenta por cento de sua receita com folha de pagamento, incluído o gasto com o subsídio de seus Vereadores.





**PODER LEGISLATIVO**  
**MUNICÍPIO DE NOVA FRIBURGO-RJ**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE NOVA FRIBURGO**

**SECRETARIA DE CONTROLE INTERNO**

### 10.1 - DAS RESPONSABILIDADES NÃO REGULARIZADAS

O Demonstrativo das Responsabilidades não Regularizadas, demonstra que “Não Houve Movimento” de nenhuma natureza. Procede a afirmação, visto que não houve Adiantamentos, Subvenções e Auxílios ou outra irregularidade apontada.

Tabela 2 – Demonstrativo das Responsabilidades não Regularizadas

Responsáveis	Natureza da Responsabilidade	Processo nº	Valor (R\$)	Providências Adotadas
Nome				
Matrícula nº				
Nome				
Matrícula nº				
Nota explicativa	<b>NÃO HOUVE MOVIMENTO</b>			

### 10.2- DAS TOMADAS DE CONTAS

Não houve ao longo do exercício fatos que ensejassem processo de tomada de contas.

Tabela 3 – Tomadas de Contas Instauradas no Exercício por iniciativa da Administração

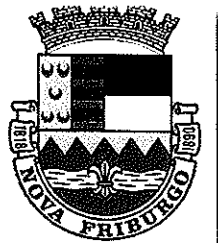
Natureza da Responsabilidade	Valor do Dano (R\$)	Encaminhada ao TCE-RJ
Nota explicativa	<b>NÃO HOUVE</b>	

Tabela 4 – Tomadas de Contas Instauradas no Exercício por determinação do TCE-RJ

Natureza da Responsabilidade	Valor do Dano (R\$)	Encaminhada ao TCE-RJ
Nota explicativa	<b>NÃO HOUVE</b>	

Questão Normativa		Sim	Não	Não Aplicável	Vide Nota Explicativa
1	As responsabilidades não regularizadas foram contabilizadas?			X	
2	Foram adotadas providências visando à regularização das responsabilidades não regularizadas inscritas no exercício?			X	
3	Foram instauradas Tomadas de Contas visando ao ressarcimento de dano/prejuízos ao erário público?			X	
4	As Tomadas de Contas, previstas em norma própria do TCE-RJ, foram encaminhadas ao Tribunal de Contas?			X	

### 11 - IMPLEMENTAÇÃO DAS RECOMENDAÇÕES E DETERMINAÇÕES ANTERIORES



**PODER LEGISLATIVO**  
**MUNICÍPIO DE NOVA FRIBURGO-RJ**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE NOVA FRIBURGO**

**SECRETARIA DE CONTROLE INTERNO**

Questões Normativas		Sim	Não	Não Aplicável	Vide Nota Explicativa
1	As determinações do TCE/RJ, relativas a exercícios anteriores, foram atendidas?	X			
2	As recomendações formuladas pelo controle interno, relativas a exercícios anteriores, foram atendidas?	X			

As determinações do Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro relativas a exercícios anteriores foram cumpridas, especialmente no que se refere as apontadas no processo TCE-RJ nº 226.701-5/17, no qual a Câmara Municipal enveredou esforço montando uma Comissão Temporária especialmente voltada a atender os requisitos de acessibilidade e transparência na gestão pública que culminou em várias ações como por exemplo: adesão à Rede de Ouvidorias, Fala.BR, Painel Resolveu, criação de outro mecanismo de participação social como eDemocracia e disponibilizar de WhatsApp exclusivo para atendimento da população que por fim resultou na quitação plena em decisão plenária no Tribunal com seu arquivamento conforme ACÓRDÃO Nº 49151/2022-PLENV.

## **12 -APONTAMENTOS DO CONTROLE INTERNO**

O ano de 2021 um pouco menos restritivo em relação ao anterior permitiu que o Controle Interno do Legislativo Friburguense mesmo com quadro de pessoal insuficiente aos seus propósitos iniciasse projetos que permitirão a médio prazo que a Câmara alcance um patamar satisfatório de governança pública.

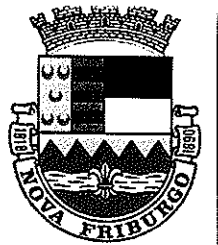
Neste íterim, foi elaborada e aprovada Lei Complementar que versa sobre Reestruturação Administrativa da Câmara de Nova Friburgo cujo arcabouço estava sedimentado em Termo de Ajustamento de Conduta nº 01/2019 firmado com o Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro nos autos do Processo nº 2019.01098368.

Ao longo do período, foram elaboradas Instruções Normativas, referentes à utilização de e-mails institucionais, segurança da informação, boas práticas no uso do Patrimônio Público, Protocolo de Inventário anual de bens patrimoniais, instruções aos Gestores de Contrato para averiguação da Regularidade Fiscal e Trabalhista, notas de arquivamento de processos administrativos, trâmite interno de pedido de informações.

Foram criados procedimentos de monitoramento de prazos legais para envio de documentos para as plataformas eTCE, SICONFI, SIGFIS, CONECTIVIDADE SOCIAL, Receita Federal, igualmente foram monitorados os prazos legais de publicização de editais, avisos, RGF, demonstrativos contábeis dentre outros.

O Portal da Transparência foi totalmente reformulado para atender as recomendações do Tribunal de Contas na última auditoria governamental que versava sobre a temática, permitindo a criação de novas funcionalidades e a simplificação do acesso às informações mais relevantes tais quais: eDemocracia, Fala.Br, Rede de Ouvidoria e Painel Resolveu. No portal da Transparência foi disponibilizado consulta ao Manual de Ouvidoria que facilita a prestação do serviço além de habilitar a todos os usuários pesquisa de satisfação.

As ações de auditoria foram disseminadas em várias áreas, foi possível no ano realizar análises dos contratos de maior vulto monetário e atestar a regularidade dos procedimentos que os envolve



**PODER LEGISLATIVO**  
**MUNICÍPIO DE NOVA FRIBURGO-RJ**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE NOVA FRIBURGO**

**SECRETARIA DE CONTROLE INTERNO**

m; nos processos licitatórios, todos foram submetidos a análise de conformidade igualmente, os processos de pagamento; as folhas de pagamento não ficaram de fora, sendo conferidas a cada liquidação. A partir das ações de auditoria foi possível criar procedimentos e normativas aos setores avaliados e desenvolvimento de Manuais de Rotina, parametrização de atividades e levantamento de fluxograma de processos.

Primando pelo aprimoramento da gestão pública e a eficiência na aplicação dos recursos públicos a Câmara aderiu ao Programa Nacional de Prevenção à Corrupção (PNPC) sendo o Controle Interno instância operacionalizadora das diretrizes do Programa de Integridade que está em fase de desenvolvimento.

Ao aderir ao PNPC, a Câmara se compromete e firma propósito de promover a gestão ética, nesse sentido encontra-se em fase de análise Código de Ética e Conduta um dos eixos que irão compor o programa, sendo a Comissão de Ética a ser constituída uma das instâncias de Integridade do Legislativo Friburguense.

Assim, para atender ao roteiro de atuação do PNPC, também está em curso a regulamentação da Lei de Acesso à Informação e Lei Geral de Proteção de Dados.

Todas as ações do PNPC são dirigidas e monitoradas pelo Controle Interno, sendo a auditora responsável pela plataforma do e-Prevenção.

O Controle Interno integra a comissão de migração SIAFIC e vem acompanhando e participando ativamente nesse processo de adequação.

Ao todo, foram elaborados: 63 comunicados, 09 Instruções Normativas, passaram de 200 pareceres de processos licitatórios e na mesma ordem de liquidação.

A gestão de recursos no ano 2021 resultou em uma economia significativa realizada pelo Poder Legislativo da ordem de R\$ 4.303.079,84 (entre devoluções orçamentárias e financeiras) superior a o ano de 2020 que mais foi assolado pela pandemia, o que evidencia a otimização na aplicação e gestão de recursos com economicidade e eficiência que prontamente foram devolvidos ao Poder Executivo em obediência ao Princípio da Anualidade.

A função administrativa desempenhada no Poder Legislativo está sendo aprimorada para atender as novas demandas de Controle Interno e acompanhar sua evolução muita ainda há que se fazer, e especialmente em termos estrutural, projetos de reforma estão em andamento bem como de realização de novo concurso.



**PODER LEGISLATIVO**  
**MUNICÍPIO DE NOVA FRIBURGO-RJ**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE NOVA FRIBURGO**

**SECRETARIA DE CONTROLE INTERNO**

**| 13 - CONCLUSÃO**

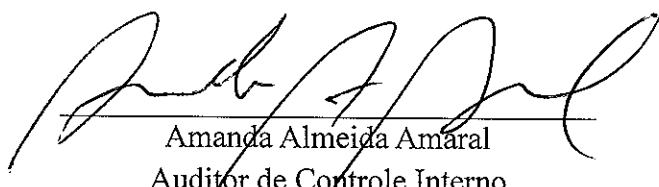
**CONSIDERANDO** a verificação de documentos administrativos, processos, livro diário e razão, relatórios e demonstrativos contábeis onde se verificam a não existência de irregularidades.

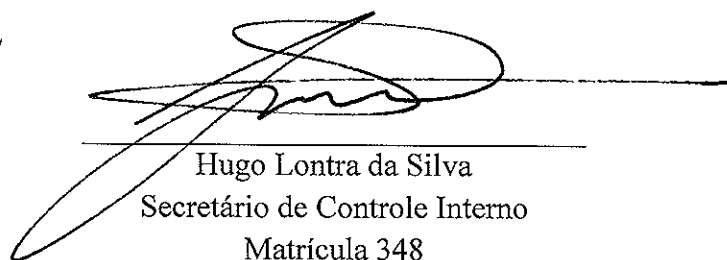
**CONSIDERANDO** as análises, consubstanciadas pelos demonstrativos contábeis apresentados na forma dos anexos da Lei Federal nº 4.320/64, DCASP – Demonstrações Contábeis Aplicadas O Setor Público, MCASP – Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – 8ª Edição, as NBCASP – Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicada ao Setor Público e legislação correlata, que subsidiaram o entendimento de legalidade, fidedignidade, integridade da Prestação de Contas Anual de Gestão - Exercício 2021.

**CONSIDERANDO** o Relatório do Responsável pelo Setor Contábil, item 18, Modelo 4, da Deliberação 277/17, declarando a regularidade e propriedade dos documentos e registros contábeis, bem como da execução de receitas e despesas e inexistência de irregularidades na gestão da Câmara Municipal de Nova Friburgo.

Verificamos, com fulcro no arcabouço legal, contábil e nas análises percorridas no presente relatório e das peças da prestação de contas anual de gestão da Câmara Municipal de Nova Friburgo, que a execução orçamentária, as movimentações financeiras e patrimoniais no exercício de 2021 da Câmara Municipal estão compatíveis com a legislação vigente, sendo assim, opinamos pela **REGULARIDADE** dos atos praticados e emitimos o certificado de auditoria que acompanha este relatório.

Nova Friburgo, 18 de maio de 2022.

  
Amanda Almeida Amâral  
Auditor de Controle Interno  
Matrícula 1536

  
Hugo Lontra da Silva  
Secretário de Controle Interno  
Matrícula 348



**PODER LEGISLATIVO**  
**MUNICÍPIO DE NOVA FRIBURGO-RJ**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE NOVA FRIBURGO**

**SECRETARIA DE CONTROLE INTERNO**

**14 - CERTIFICADO**  
**DE**  
**AUDITORIA**

**CONSIDERANDO** a análise e relatório de auditoria elaborado no exercício de 2021 pelo departamento de Controle Interno apontou que, a administração observou os princípios constitucionais e legais que regem a administração pública, bem como as normas constitucionais, legais e regulamentares na execução dos orçamentos e o cumprimento da gestão fiscal.

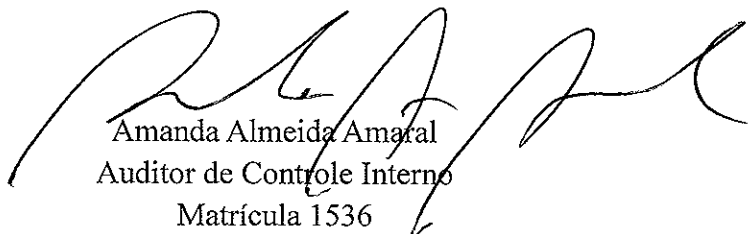
**CONSIDERANDO** o levantamento efetuado nos documentos administrativos, processos, livro diário e razão, onde se verifica, por amostragem, a não existência de irregularidades;

**CONSIDERANDO** que os demonstrativos contábeis, formados pelo conjunto dos balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e pelas Demonstrações das Variações Patrimoniais e dos Fluxos de Caixa, representam sob todos os aspectos relevantes e a situação patrimonial em 31/12/2021, e os resultados orçamentários, financeiro e patrimonial apurados no exercício encerrado estão em conformidade com as disposições da Lei 4.320/1964, da Lei Complementar 101/200 e das demais normas da contabilidade aplicada ao setor público, atendem aos objetivos das demonstrações contábeis de propósito geral.

**CONSIDERANDO** o Relatório do Responsável pelo Setor Contábil, onde o mesmo declara a regularidade e propriedade dos documentos e registros contábeis, bem como da execução de receitas e despesas e inexistência de irregularidades na gestão da Câmara Municipal;

**CERTIFICO A REGULARIDADE** da Prestação de Contas Anual de Gestão, Exercício de 2021, sob responsabilidade do Sr. Wellington da Silva Moreira, Presidente da Câmara Municipal de Nova Friburgo.

Nova Friburgo, 18 de maio de 2022.

  
Amanda Almeida Amaral  
Auditor de Controle Interno  
Matrícula 1536  
CRC-RJ nº 090769/O



**PODER LEGISLATIVO**  
**MUNICÍPIO DE NOVA FRIBURGO-RJ**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE NOVA FRIBURGO**  
**SECRETARIA DE CONTROLE INTERNO**

**| 15 – LISTA DE TABELAS**

Tabela 1 - cálculo do limite de despesa total com pessoal

Tabela 2 – envio da Folha de Pagamento eTCE

Tabela 3 – envio de arquivo SEFIP

Tabela 4 – total de diária em 2021

Tabela 5 – Composição do resultado orçamentário

Tabela 6 – Composição da dotação atualizada

Tabela 7: Análise do Balanço Orçamentário

Tabela 8: Composição de saldo de Caixa transferido para exercício de 2022

Tabela 9: Análise do Balanço Financeiro

Tabela 10: Análise do Balanço Patrimonial

Tabela 11: Análise da Demonstração de Variações Patrimoniais

Tabela 12: Análise do Capital Circulante Líquido

Tabela 13: Limite de subsídio do Prefeito

Tabela 14: Limite de subsídio do Deputado Estadual

Tabela 15: Limite de subsídio do Ministro do STF

Tabela 16: Limite de 6% RCL